

**A crise econômica e política
lançou as massas às ruas
em todo o país**



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 457 - DE 23 DE JUNHO A 07 DE JULHO DE 2013 - R\$ 3,00

**A luta pela revogação dos aumentos das tarifas
expôs a situação de pobreza e miséria da população
Foi respondida com brutal repressão pelo Estado policial**

**Levantar as bandeiras de Salário Mínimo Vital, com escala
móvel de salários e estatização sem indenização da rede
de transporte sob controle coletivo de quem trabalha e usa**

Superar a crise de direção

Política Operária

Avança a crise e coloca-se a necessidade de constituir uma direção revolucionária

Os protestos contra o aumento das passagens de ônibus, trens e metrô começaram no dia 6 de junho e se estenderam até o dia 20, quando o MPL decidiu por sua suspensão, um dia após os prefeitos e governadores das maiores capitais e cidades do País retrocederem e anularem os aumentos.

Foram sete mobilizações centralizadas, com milhares e milhares em algumas capitais e milhões de manifestantes por todo o País. As manifestações do Movimento Passe Livre (MPL) conseguiram romper o cerco das particularidades regionais para se transformarem em um protesto nacional contra os aumentos de preços e a destruição das condições de vida e trabalho das massas oprimidas. Somente assim se pode explicar o aumento exponencial de manifestantes e reivindicações que ultrapassaram seu caráter corporativo.

Nas três primeiras manifestações, encontraram uma feroz resistência de prefeitos e governadores tanto para responder às reivindicações como para se reunir com o MPL para discutir a possibilidade de anulação dos aumentos. Também se chocaram com a virulenta campanha reacionária da burguesia contra o movimento e permanentes calúnias da grande imprensa contras as ações radicais de uma parcela da juventude.

A terceira, já encontrou as cidades com praças sitiadas por um Estado militarizado contra o movimento e às liberdades políticas. O quarto protesto, do dia 13, se chocou com o terrorismo de Estado, a violência policial e parapolicial direitista. Violência que teve entre suas vítimas dezenas de jornalistas e manifestantes alheios ao confronto.

A reação popular não se fez esperar. A adesão do movimento se potenciou. Milhares voltaram às ruas e massificaram os protestos. A reação retrocedeu e os grandes meios de comunicação foram obrigados a falar sobre os “abusos policiais”. A burguesia, que rechaçava o movimento, começou a atuar para cooptá-lo ou, pelo menos, esvaziá-lo de suas tendências mais radicalizadas e politizadas de esquerda.

Assim, a quinta e a última manifestações foram massivas, nacional e unitárias contra a repressão policial e o aumento da passagem. Mais de 100 cidades e mais de um milhão de pessoas (só no Rio de Janeiro foram 600 mil) paralisaram a vida política do País, mas não conseguiram paralisar sua economia.

A crise política se agigantou e superou as disputas interburguesas limitadas às operações políticas no Parlamento e nos grandes monopólios da imprensa. Deslocou-se da influência do parlamentarismo e da disputa de aparatos, um grande setor da pequena burguesia que foi às ruas. E se chocou com os governos ao expressar a crise como um ataque às suas condições de vida e trabalho.

No entanto, depois da vitória, mais política do que econômica – uma vez que o movimento demonstrou que somente a força de massa lutando com seus próprios métodos coletivos de ação pode impor suas reivindicações –, a sexta mobilização, da última quinta-feira de 20 de junho, havia mudado em certa medida sua composição social, suas reivindicações e se assimilaram os métodos pacifistas e democratizantes propagandeados pelos porta-vozes da burguesia. O MPL refletiu as rachaduras criadas pela crise política, ultimamente ampliada pela acumulação das contradições econômicas. Dessa forma, o movimento das massas expressou a crise em seu interior.

A mobilização das massas não eclodiu no vazio. A luta econômica, limitada a uma única reivindicação, impulsionou a luta de classes, que não apareceu identificada como tal devido à política pequeno burgue-

sa e a influência burguesa. O movimento não tinha como continuar se desenvolvendo e alcançar proporções políticas sem expressar as posições e programas das classes sociais antagônicas.

Isso explica porque o MPL, na sexta-feira de 21 de junho, publicou um comunicado de que não convocará novas manifestações, sob a justificativa da reivindicação ter sido atendida e que as demais que surgiram durante os protestos não têm a ver com os objetivos originais.

Ao não se ter uma direção proletária e revolucionária, a potencialidade do movimento foi se dissolvendo pela afluência de setores da pequena burguesia, conservadores e reacionários. Foi assim como começaram a erguer as bandeiras contra o aborto, contra a homossexualidade, contra a corrupção (do PT), redução da maioridade penal, reforma política, contra os partidos (de esquerda), etc.

O problema do MPL e do movimento não residiu apenas no caráter inicialmente limitado da reivindicação. A luta de classes pode começar pelas reivindicações mais imediatas. Mas se a sua direção a isola das reivindicações que defendem de fato a vida das massas, acaba por submeter a luta às manobras e decisões da burguesia. Não por acaso, o MPL pôs de lado as reivindicações de passe livre para estudantes e desempregados e rechaçou reivindicações fundamentais como a do salário mínimo vital com escala móvel de reajuste e estatização do sistema privado do transporte coletivo.

A debilidade do movimento residiu em sua direção política, que renegou e resistiu a política do proletariado. O que exigia sustentar o movimento na democracia proletária, na livre expressão de todas as organizações que se reivindicam da classe operária e sua estratégia de classe.

A pequena burguesia que dirigiu o movimento demonstrou-se incapaz de travar a luta política pela direção das diferentes camadas e setores que se somaram ao movimento. Em resumo: o MPL assimilou as pressões da burguesia.

A ausência do proletariado organizado como classe e atuando independentemente como força social com interesses próprios, principalmente de sua vanguarda revolucionária, ajudou na descaracterização do movimento pequeno burguês, que se tornou permeável às disputas interburguesas, envolvendo governo e oposição. Não por acaso, a reação aproveitou do descontentamento das massas para infiltrar no movimento suas bandeiras. A violência exercida contra o direito de manifestação da esquerda, inclusive contra o PT, expressou essa infiltração.

É necessário fazer um balanço do movimento. A mudança dos ânimos políticos da classe média, a começar pela juventude estudantil, e de setores populares indica a profundidade e a extensão da crise. Sendo uma classe sem interesses próprios, é preciso observar o futuro desenvolvimento de suas tendências. Sem a direção da classe operária, a pequena burguesia não tem como se apartar da burguesia e expressar a luta revolucionária. É sintomática a manifestação do apolitismo, do pacifismo e do corporativismo, alheios aos interesses do proletariado. Única classe capaz de superar os limites economicistas e setoriais do movimento. E de aprofundar seu caráter político progressivo como movimento nacional unitário dos explorados e oprimidos contra seus verdugos capitalistas e seus agentes do governo.

Mais do que nunca essas grandes manifestações da juventude oprimida demonstraram concretamente a urgência de construir o partido da revolução proletária.

Vitória política do movimento

O governo e o prefeito voltam atrás no aumento das passagens

A tenaz disposição da juventude em marchar noite a dentro, bloqueando o sistema viário de São Paulo e enfrentando a repressão policial, arrancou de Alckmin (PSDB) e Haddad (PT) a revogação do aumento das tarifas dos transportes. Caíram os R\$ 0,20. O mesmo ocorreu no Rio de Janeiro e outras capitais. As massas nas ruas mostraram sua força.

Economicamente, a vitória é pequena. Politicamente, uma grande vitória.

A maioria continuará penando para pagar os R\$ 3,00, que se duplicam ou triplicam, tamanhas são as distâncias. Continuará levantando mais cedo. Continuará horas no trânsito. E continuará espremida nos ônibus e metrô. E sofrerá com os custos de mais impostos e cortes de gastos públicos, anunciados por prefeitura/PT e governo/PSDB para preservar o lucro dos empresários dos transportes.

Os explorados arcam com todas as deficiências e ineficiências do capitalismo. A exploração do trabalho e o lucro não permitem que as massas tenham acesso aos bens reservados à burguesia e à classe média rica. É o que acontece, também, com a moradia, saúde e educação.

As favelas que crescem sem parar, os hospitais do SUS com suas macas nos corredores, as crianças famintas que não conseguem se alfabetizar e os jovens que desistem dos estudos atormentam a maioria. A marginalidade, as discriminações e as matanças policiais atingem amplamente a juventude oprimida. São reflexos estruturais do capitalismo. Expressam o salário mínimo de fome, o subemprego e o desemprego.

Sobre essas forças sociais comprimidas pelo Estado policial, os partidos da burguesia fazem seus banquetes. Os capitalistas ficam mais ricos. A classe média alta exibe luxuosa boa vida. Diariamente, as famílias operárias e as da classe média pobre se confrontam com toda sorte de dificuldade e de calamidade. Eis por que as massas acabam, instintivamente, por se chocar com o regime social que reserva à esmagadora maioria o trabalho “escravo” e, à ultraminoria, o ócio, o parasitismo, o consumismo e a proteção.

O que o Brasil assistiu em suas capitais foi um levante da juventude, que começou com um pequeno grupo de classe média e que se estendeu pelos bairros miseráveis de São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Natal, Salvador, Belo Horizonte, Belém e outras cidades.

Conquista política das massas

Há vários anos, o Movimento Passe Livre vem realizando manifestações contra os aumentos, pelo passe livre a estudantes e desempregados. A polícia teve facilidade em golpeá-lo. Mas, desta vez, milhares reagiram ao ataque de guerra promovido pelo governador Alckmin (PSDB) e Haddad (PT).

A quinta-feira do dia 13 foi coberta de gases, inundada de balas de borracha, pisoteada pela marcha da Tropa de Choque e marcada pelos espancamentos, centenas de prisões e ferimentos. O retrato vivo do Estado policial emergiu da cantada



democracia, cidadania e direitos humanos.

A violência da PM amarelou a “Comissão da Verdade”. E borrou a Secretaria dos Direitos Humanos.

Não houve confronto porque os manifestantes não tinham como se defender, a não ser com seu corpo e objetos que lhes apareciam no caminho. O governo acusou o movimento de vandalismo. Mas a resposta do dia seguinte foi a de milhares e milhares nas ruas em todo o País. Boa parte da imprensa passou a elogiar as manifestações pacíficas, quando na realidade se tratava tão-somente da brutalidade policial. Os governos procuraram ocultar a face da ditadura de classe da burguesia que se definiu plenamente na quarta jornada de luta.

A gigantesca afluência da juventude e populares, a ocupação das cidades e a condenação da ação policial colocaram para os governos – recrudescer a repressão ou ceder. Recrudescer, implicava esmagar com sangue. Já não bastava atirar balas de borracha no rosto. Já não bastava aterrorizar com os métodos da Tropa de Choque. A ação de grupos anarco-punks, que passaram a agir por conta própria e à margem do movimento das massas, logo se mostrou distinta da marcha da multidão, mas expressava a revolta contra as instituições e patrimônios. Evidenciada a continuidade da vigorosa luta de rua, na sexta jornada, Alckmin e Haddad recuaram.

Uma vitória das massas, não da política do MPL

É preciso distinguir o MPL - uma organização formada no Fórum Social Mundial que atua por meio das redes sociais - do movimento das massas. O agrupamento é formado por uns quantos universitários que batem na tecla dos transportes públicos, concebem a luta sem organização de base, sem organismos de decisão coletiva dos explorados e sem a presença de partidos (dizem-se apartidários).

O MPL insufiou a ideia de que as correntes de esquerda não podem levantar suas próprias bandeiras. Nas manifestações, seus ativistas chegaram a atacar os militantes que portavam as bandeiras partidárias. O uso da força para proibir a militância organizada mostrou um de seus traços reacionários.

Os partidos de esquerda que estavam nas manifestações

são parte do movimento. Não são um corpo estranho da burguesia ali infiltrado. A imprensa aprovou o tal “apartidarismo”, em se tratando de correntes revolucionárias. Ao mesmo tempo, insistiu que os partidos da ordem e os parlamentares deveriam se aproximar do movimento para canalizá-lo.

O ataque do MPL à democracia operária – que garante entre outros aspectos o direito de divergência e de expressão – não partiu das massas, embora estas estivessem com os partidos da burguesia e seus governos entalados na garganta e não soubessem distingui-los dos partidos que lutam contra o capitalismo. A campanha do MPL contra a expressão dos partidos de esquerda visou a incentivar os preconceitos burgueses anticomunistas.

Essa é a forma autoritária de conduzir um movimento da juventude, que eclode sem organização e que expressa tendências espontâneas de luta. E também é a forma de demonstrar para a burguesia e seus governantes que não querem mais do que pequenas concessões. O MPL agarra-se ao mais estreito reformismo. Por trás do apartidarismo, a experiência já mostrou claramente, está a posição pequeno-burguesa pró-capitalista. O que evidenciou na rejeição feita pelo MPL da bandeira de estatização da rede de transporte privada.

A vitória política do movimento de rua não se deve à política pequeno-burguesa (autonomismo) do MPL, mas apenas à disposição da juventude oprimida de sair às ruas, enfrentar a polícia e não ceder às pressões da burguesia.

Abandono de bandeiras

A luta acabou centrada na revogação dos aumentos. É compreensível. Houve impacto imediato no descontentamento dos explorados. Tudo está subindo. Os salários vêm sendo corroídos pela inflação.

As centrais sindicais não organizam um movimento geral em defesa da vida dos trabalhadores. Os burocratas assistem o custo de vida agravar a situação de existência da maioria e continuam a apoiar o governo que protege as multinacionais. A UNE se encontra engessada pela política do estalinismo (PCdoB). E a ANEL tem servido somente para convescote da esquerda centrista em torno das opressões.

Esse vazio político e organizativo explica por que um nada que é o MPL, de repente, se tornou um canal de expressão das massas. Cerca de dez mil manifestantes, em São Paulo, atenderam ao primeiro chamado pela rede social. Em outras capitais, bem menos. Assim começaram as manifestações. Mas a brutal repressão projetou o movimento.

A bandeira de revogação dos aumentos foi hasteada mais alto. O MPL permaneceu agarrado a esse mastro. Colocou de lado as reivindicações de passe livre para estudantes e desempregados. É bem possível que o movimento concentrado na revogação não levaria adiante as demais reivindicações. Mas não se pode desconsiderar o peso de sua direção – o MPL – na evolução dos acontecimentos. Esse peso está agora sendo jogado para extinguir as grandes manifestações, quando o MPL

anuncia que não convocará mais atos.

Limite social e político do movimento

Em grande medida, os manifestantes são jovens, estudantes e de classe média pobre. Essa composição varia de capital a capital. É certo que, a partir de determinado ponto da luta, afluíram assalariados.

A massificação das marchas ultrapassou a bandeira de não aumento das passagens. Ampliou o horizonte da luta contra a situação de miséria e opressão capitalista. Ficou pequena a reivindicação de revogação do aumento. Tanto é que a batalha foi grande, para uma reivindicação tão limitada e um resultado econômico pequeno. Como dissemos, se considerado diante das terríveis necessidades dos explorados.

No momento em que as massas afluíram às ruas, ficou clara a possibilidade de romper os limites sociais das manifestações. A classe operária poderia intervir e tomar a dianteira, imprimindo sua política. A burocracia sindical a manteve contida e na posição de assistente. O MPL tudo fez para que não se ultrapassasse o marco da revogação do aumento.

Ocorre que esta medida é paliativa. A burguesia e seu governo transferirão imediatamente para a população os custos da renúncia. Alckmin e Haddad não queriam que assim fosse. Era melhor o aumento. Como tiveram de voltar atrás, terão de remanejar o orçamento, em detrimento dos explorados. Os capitalistas têm mecanismos para se livrar de reivindicações que não atingem de fato o capital e sua lucratividade. Vejam os reajustes salariais. Logo são diluídos no tempo, passando-os para os preços, e restabelecendo a taxa de lucro.

Os governantes de São Paulo disseram que terão de arcar com cerca de R\$ 800 milhões (antes haviam calculado R\$ 420 milhões). É um montante facilmente transferível para a população. Aos capitalistas dos transportes, continuam garantidos os lucros. Não se toca no capital, mas sim no orçamento público.

Os empresários não se incomodaram. Ao contrário, aguardam mais avanços na privatização do metrô.

As massas nas ruas criaram as condições sociais e políticas para se atingir a raiz da questão dos transportes coletivos e das condições de vida da maioria. No entanto, o MPL tapou com a viseira os olhos e a consciência política dos manifestantes perante as respostas necessárias.

Estiveram objetivamente colocadas as reivindicações de **ESTATIZAÇÃO SEM INDENIZAÇÃO DA REDE PRIVADA DE COLETIVOS, CONSTITUIÇÃO DE UM SISTEMA ÚNICO PÚBLICO, CONTROLADO POR ORGANIZAÇÕES OPERÁRIAS E POPULARES, E IMPLANTAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO VITAL, COM ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE.**

Por esse conjunto de soluções, torna-se possível combater os interesses dos capitalistas, defender os interesses da maioria explorada e avançar a luta revolucionária no terreno do combate pelo socialismo. Caso o movimento tivesse de aceitar



o recuo dos governantes, teria, porém, colocado o programa do próximo embate. Teria mudado a composição social. Teria afastado a direita das manifestações. E teria de recuar organizado. Assim, a conquista da revogação teria sido apenas uma etapa de um longo embate.

A direção do MPL, pequeno-burguesa, infantil e ilusionista, imprimiu circunstancialmente, na ausência de uma direção classista, um limite que terá de ser rompido pelas massas.

Influência burguesa na condução das manifestações

A estratégia dos governos, dos meios de comunicação e dos comentaristas foi a de separar a ação de ataque às instituições e patrimônios das passeatas. “Manifestação pacífica sim, manifestação violenta não”. Essa linha passou a ser repetida insistentemente.

É preciso que se repita que os ataques aos partidos de esquerda passaram a fazer parte dessa estratégia. O MPL se adaptou a ela. Chegou-se a informar que os “vândalos” seriam identificados pelo movimento, o que quer dizer entregues à polícia. Houve desmentidos. Mas a notícia jornalística indicou a incapacidade do MPL de distinguir a posição burguesa de manifestação pacífica da posição proletária de manifestação coletiva organizada.

A violência não existe em si mesma. Expressa as condições da luta de classes. As massas organizadas devem usar de toda sua força e meios para vencer. A burguesia exerce sua ditadura de classe por meio de sua polícia, quando as massas saem às ruas exigindo fim da fome.

As forças políticas da burguesia que atuam por fora da movimentação procuraram neutralizar a capacidade de combate das massas. A transformação das marchas combativas em zumbis perambulantes constitui as manifestações pacíficas.

Uma das primeiras medidas foi a de dispersar as reivindicações. Começaram a surgir bandeiras completamente alheias, como a da PEC 37, que limita o poder de investigação do Ministério Público, o da corrupção, mensalão, segurança. Por certo, por trás estão ONGs, Igreja, os partidos burgueses e movimentos ligados institucionalmente à política de Estado.

Mesmos as reivindicações das massas, como saúde e educação, foram impressas de forma desconectadas, como as desconectam os partidos burgueses em situação eleitoral.

O movimento foi mudando de rumo. O festival de bandeiras tornou as manifestações do Rio e São Paulo em canal das disputas interburguesas. Manifestação pacífica tem um conteúdo de classe pequeno-burguês e burguês. A dissolução do movimento em descontentamentos difusos e institucionais expressa o pacifismo burguês, uma corda colocada no pescoço dos explorados.

O Estado policial

Tamanha mobilização em todo o País expressa a crise capitalista e as tendências profundas das massas em sair à luta. A bandeira de revogação do aumento das passagens foi de longe ultrapassada.

No dia 19, os governantes aceitaram a exigência do movimento. No dia 20, as massas saíram às ruas. O jornal o Estado de São Paulo estampou em sua capa a estimativa de 1 milhão. À 18 horas, no início da marcha do Rio de Janeiro, 300



mil tomaram a Av. Presidente Vargas. Logo mais esse número praticamente duplicou. O certo é que muito mais de 1 milhão ganharam as praças, ruas e avenidas em 100 grandes cidades.

Dirigiram-se às prefeituras, assembleias legislativas, câmaras municipais e ao Congresso (Brasília). Sitiaram-nas. Tentaram ocupá-las. Confrontaram-se com a Tropa de Choque. Em Brasília, a manifestação se postou diante do Planalto. Desta vez, se deparou com um poderoso bloqueio policial. Mesmo assim, o contingente mais avançado do movimento procurou invadir o Itamarati. Em Vitória, manifestantes atacaram o prédio da Justiça. No Rio de Janeiro, a Tropa de Choque saiu a campo para afastar as massas de frente da Prefeitura.

Mais uma vez, a imprensa acusou os vândalos e elogiou a maioria pacífica. As imagens de guerra do dia 13, que os governos procuraram apagar com o sinal de democracia, voltaram e espalharam-se. A Tropa de Choque voltou a combater os manifestantes com as balas de borracha. Atirar no rosto contra manifestantes desarmados é a prática bárbara desse braço armado da burguesia.

A gigantesca movimentação das massas fez saltar à vista o Estado policial brasileiro. Evidenciou que a dominação de milhões de operários, de camponeses pobres, de sem-terra, de nacionalidades índias oprimidas, de uma vasta camada de classe média arruinada e de milhares e milhares de subempregados, de desempregados e de favelados miseráveis depende de um Estado policial. As ações radicalizadas de um pelotão avançado do movimento – e fora de seu controle – fez saltar, do chamado Estado de Direito, o real Estado Policial.

Revolta dos vândalos

As manifestações do dia 20, por sua massividade, extensão, diversidade e agressividade, deixaram mais claro o que a burguesia denominou de “vândalos”. O Brasil está cheio de vândalos – é o que se pode concluir.

Em toda parte, um destacamento de jovens expressou métodos radicais. Eis as características: ataque às instituições (Planalto, Palácio de Governo, Prefeituras, Parlamento e Judiciário), enfrentamento com a Tropa de Choque, depredação de patrimônios, queima de carros da imprensa e saques.

Os promotores do movimento (MPL, Redes Sociais) não puderam contê-los. Não estavam sob nenhuma política definida. São considerados anarquistas, punks, marginais, etc. Destemidos, ocuparam a frente das marchas e cercos. Arroçados, foram os últimos a deixar as ruas. Visados, foram os mais reprimidos.

O que os governos, a burguesia, os jornalistas e a plêiade de sábios comentaristas procuraram passar que se tratava sim-

plesmente de vândalos, criminosos e bandidos. Absolutamente, falso!

O fato de se constatar a presença de lumpens nos saques em São Paulo (farrapos humanos que aproveitaram a situação) e mesmo de saqueadores não permite generalizar esse acontecimento ao contingente denominado de “vândalos”. É do interesse da burguesia – principalmente para justificar a ação da Tropa de Choque – descaracterizar o fenômeno social e político dos enfrentamentos “não pacíficos” e colocá-lo na cova da marginalidade.

O destacamento jovem que procurou invadir as instituições do Estado – e para isso partiram para a destruição material – não era formado por “vândalos”. Grande parte – excluindo os provocadores da polícia e direitista da pequena-burguesia – da juventude arrojada vem dos bairros pobres, carregam sobre as suas cabeças a violência cotidiana. Não são politizados. E cultivam o ódio cego contra tudo que diz respeito ao capitalismo. Muitos negam a política em geral. Uma multidão desses jovens, apesar de ser a minoria nas manifestações, compareceu e assumiu a luta com seus meios anárquicos.

Em outras condições políticas, poderiam ter sido prejudiciais à luta organizada e revolucionária. Isso porque, se não se centralizam aos objetivos, bandeiras e métodos de combate de massa, acabam servindo ao Estado policial como pretexto. Como o movimento ocorreu na situação em que a crise econômica e política está no seu início, a ação deste destacamento acabou pressionando os governantes.

Os acontecimentos mostram a urgência em recuperar as organizações estudantis como a UNE, UMEs e grêmios secundaristas. O que exige construir uma direção proletária para a juventude.

A crise política

O fato de milhares romperem o cordão de contenção social e tomarem conta das cidades indica uma mudança na situação política. A crise econômica vem sendo sentida, com o baixo crescimento, a volta das demissões, o aumento do custo de vida e as pressões da burguesia para se conter os salários, principalmente a recuperação do salário mínimo (mesmo que a conta-gota).

A política de Estado do PT funcionou nas condições econômicas favoráveis. Agora, as massas sentem que a inclusão social é ilusória. As chagas estruturais do capitalismo se ampliam e levam os explorados a se chocarem com a política burguesa. No caso, a política do lulismo.

O governo Dilma Rousseff tem se deparado com centenas de greves. O recente embate dos índios terenas com os fazendeiros apontou para um horizonte de profundos conflitos fundiários. Certamente, a questão agrária será recolocada pelo MST. O movimento operário continua fortemente controlado pela burocracia, mas os ventos do desemprego industrial estão batendo mais forte.

Está em andamento a cisão interburguesa em torno das diretrizes do governo petista para a crise. A dificuldade de se conter as pressões inflacionárias traz as disputas burguesas para o seio das massas.

A oposição (PSDB/DEM/PPS) conseguiu, por intermédio do STF, colocar o governo do PT e a liderança do partido como perigosos agentes da corrupção. Não por acaso, as manifestações mostraram uma massa informe com todo tipo de bandeira.

Chamou a atenção da afluência de setores da pequena-burguesia empunhando as bandeiras que estão movendo os atritos do governo com a oposição (mensalão, corrupção, impostos, PEC 37, etc.). As mudanças econômicas e o acirramento da corrida para o poder em 2014 perpassaram o monumental movimento. As atitudes direitistas de parte dos presentes que se manifestaram no dia 20 em São Paulo contra os partidos de esquerda são um sinal dado pelo setor pequeno-burguês reacionário.

Sem a presença física do proletariado e sem sua política de classe revolucionária, a crise política que se identifica com o fracasso do reformismo petista não poderá ser aproveitada para canalizar os explorados para o programa próprio.

Construir a direção revolucionária

A grande maioria daqueles que se lançaram às ruas foi movida por profundos descontentamentos com as condições de existência e com a política da burguesia. Mas se arremessou às ruas sem uma direção classista e revolucionária. Não teve

como arrancar do seu meio as bandeiras de interesse dos partidos burgueses. Não pôde aglutinar-se em torno de reivindicações que concretizassem suas necessidades. E não impôs uma coesão de método de luta coletiva.

Em grande medida, as massas se movimentaram impulsionadas espontaneamente pela calamidade que padecem. Nisso está sua força e sua fraqueza.

Sem uma direção revolucionária, não há como unir os explorados na luta por um programa de reivindicações, que contenha a estratégia histórica do proletariado. Ao contrário do que apregoa MPL, o papel do partido marxista-leninista-trotskista é decisivo para a organização e condução da luta.

Falseia-se a realidade quando se supõe que o movimento contra o aumento das passagens não é parte e expressão da luta de classes. O caudaloso movimento não se chocou apenas contra os governos responsáveis pelos aumentos, mas contra o Estado burguês. Ou seja, contra a política geral da classe capitalista, contra os interesses dos exploradores.

Esse é o principal acontecimento que expõe cruamente a crise de direção revolucionária, aberta pela revisão estalinista do bolchevismo, destruição da III Internacional e o processo de restauração capitalista. É o que estamos assistindo na Europa que se decompõe e no convulsivo Oriente Médio e Norte da África.

As revoltas pareciam longe do Brasil. Aproximaram-se. Ocorre uma grande mudança nas relações de força entre as classes, motivada pela bancarrota mundial do capitalismo. Há, portanto, que se trabalhar incessantemente pela organização do Partido Operário Revolucionário e reconstrução da IV Internacional, o Partido Mundial da Revolução Socialista. O POR militou em todos os estados em que está organizado empunhando as reivindicações e esse objetivo.



Manifestação de massa responde à repressão policial

19 de junho de 2013

A massiva afluência às ruas das capitais foi uma resposta à brutal repressão desfechada pela Tropa de Choque em São Paulo e Rio de Janeiro no quarto dia de conflito. A campanha dos governos de que se tratava de uma ação de vândalos, que atentavam contra a população, o patrimônio público e privado, caiu por terra.

Centenas de milhares ganharam as ruas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belém, Belo Horizonte, Salvador, Curitiba, Porto Alegre, Brasília e Fortaleza. Há muito não ocorria um movimento tão amplo e massivo no País. Grande parte, constituído por jovens. Apesar de serem marcadamente de classe média, as manifestações contaram com jovens de famílias operárias e de bairros pobres.

Evidenciou-se o fato de que o ataque policial à quarta manifestação, orquestrado pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB), Sérgio Cabral (PMDB), com a conivência dos prefeitos, como Fernando Haddad (PT) e outros, expressou o Estado policial e a militarização crescente da vida social. A praça de guerra criada no dia 13 resultou da intervenção da Tropa de Choque, que golpeou tudo e todos que lhe estavam à frente. As saraivadas de balas de borracha entre nuvens de gases trouxeram para as ruas de São Paulo e Rio de Janeiro a democracia real, a que de fato serve à política burguesa de dominação da imensa maioria oprimida.

A reação dispersa e improvisada de uma parcela da juventude, cuja ação se limitou a quebra-quebra, a incendiar sacos de lixo e quando muito atirar objetos sobre os policiais, por sua vez, não passou de descarga do ódio. Os governantes se viram diante de uma massa juvenil despolitizada e arremessada às ruas por uma organização – Movimento do Passe Livre – cujo único propósito imediato é o de manter os preços das passagens congeladas. Organização essa que se diz apartidária e que tenta coibir que os partidos de esquerda exerçam influência com suas bandeiras e política.

A varredura policial apareceu aos olhos da classe média, da intelectualidade e mesmo de representantes da burguesia como uma reação desproporcional da Tropa de Choque. Os inúmeros jornalistas atingidos pelas bombas e balas de borracha deixaram os meios de comunicação abismados. As vistorias e prisões de jovens antes da manifestação que ocorreram, simplesmente, porque portavam uma garrafa de vinagre – usado para se proteger dos gases –, preocuparam a Ordem dos Advogados e toda sorte de legalistas. Não faltaram vozes para lembrar que a Polícia Militar e sua Tropa de Choque são um legado da ditadura militar e que a intervenção do dia 13/06 não deixou nada a dever àquele período antidemocrático. Não se conformavam com o vulto tomado pela repressão e pela responsabilidade da polícia em provocar uma reação dos manifestantes.

A tese de que se tratava de um movimento violento e voltado a criar tumultos na cidade não teve como ser sustentada depois da operação de guerra contra a quarta mobilização em São Paulo. No terceiro dia de manifestação (11/6), também duramente reprimido, o jornal O Estado de São Paulo, em seu editorial “Chegou a hora do basta”, criticou Alckmin pela moderação e exigiu mais brutalidade contra “os baderneiros”. O governador assim procedeu na quarta jornada, insuflando o esmagamento da luta. Mas



deixou de instruir os comandantes a não golpear jornalistas e transeuntes.

Internacionalmente, não ficou bem para a imagem do Brasil com sua retórica de país que vem superando a miséria, incluindo os excluídos e integrando grandes camadas ao processo político. A imprensa brasileira fez uma virada em defesa da democracia, do direito de manifestação pacífica e da polícia como guardião da liberdade de todos os brasileiros. Era necessário politicamente esconder o rosto do Estado policial e traçar um caminho de controle do movimento que não seja tão-somente com bombas, tiros de borracha, presos e feridos. É sob esse clima que se realiza a manifestação de 17 de junho.

Disciplinar a luta

Na quarta manifestação, guerra. Na quinta, paz aparente. Primeiro, proibição total. Depois, discurso de liberação. O governador Alckmin e o prefeito Haddad se colocaram de acordo de que antes de golpear se deve disciplinar. A mesma conduta está sendo repetida no Rio de Janeiro e outras partes. Em Porto Alegre, no entanto, teve repressão e foram dezenas de prisões. Em Brasília, a tentativa de entrar no Congresso foi respondida com gás, bombas, balas de borracha e prisões. No final do ato em São Paulo e no Rio de Janeiro, houve repressão. A repressão a um movimento que dias antes reunia dez mil jovens potencializou os protestos, colocando cem mil no Rio, mais cem mil em São Paulo e estendendo as manifestações para todo o Brasil.

Os gritos de rua já não se circunscrevem à juventude estudantil, passaram a incorporar populares. Um canal de expressão coletiva se abriu. As ilusões em uma economia voltada ao desenvolvimento social deram lugar a um amplo descontentamento entre as massas. A juventude tomou a frente, premida pelas duras condições de existência, pelo avanço da desintegração social do capitalismo e pelas constantes frustrações com a política burguesa do PT.

Os governadores e prefeitos experimentaram no quarto dia de luta contra o aumento das passagens uma resistência inesperada dos manifestantes e uma reprovação da população às mentiras sobre vândalos, delinquentes, etc. Insistir na linha do ataque policial seria temerário para a estabilidade política.

O Brasil não poderia se assemelhar com a Turquia de Ergodan. Como sustentar que aqui se tem democracia e que os levantes populares em outras partes se devem à presença de ditadores e autocratas? Não há dúvida de que a situação mundial convulsiva,

com levantes, protestos, greves gerais, conflitos de ruas, mortes de manifestantes começou a se refletir no Brasil.

O problema transcendeu os estados e chegou ao governo federal. As manifestações têm por trás a grave crise que se desenvolve. A projeção das primeiras manifestações para gigantescas concentrações, passeatas, bloqueios de avenidas e confrontos com a polícia são tão-somente um sinal das lutas que virão.

A situação social e política vem mudando rapidamente sob o governo de Dilma Rousseff. As greves-levantes nas obras do PAC, a greve geral das universidades federais, as ocupações estudantis, os despejos das ocupações urbanas, a repressão às nacionalidades índias, revelam as profundas contradições do capitalismo em decomposição e a falência da política reformista do PT. Diante do combate dos explorados e das nacionalidades índias, ergue-se um Estado policial, com um aparato judicial voltado a criminalizar os movimentos (processos, condenações, multas, enquadramento coletivo na figura de formação de quadrilha).

Apesar de uma visível tendência de luta entre as massas, o certo é que ninguém esperava um vultoso movimento de massa, tomando as ruas das capitais do País. Os governos foram tomados de surpresa, tanto os do PT, PMDB, PSB e PSDB. Os meios de comunicação tiveram de fazer uma virada, passando a martelar na tecla das manifestações pacíficas e contidas e de uma polícia condizente com a democracia. Parte deles chegou a condenar a violência policial (Folha de São Paulo). Foi convocado um contingente de acadêmicos e comentaristas para explicar os valores da democracia, para analisar o novo tipo de manifestação criado pelas redes sociais e para insuflar o valor da política sem partido ou do apartidarismo político.

O que se espera é disciplinar o movimento e esvaziá-lo, contando com a debilidade da direção do MPL.

Mudança de conduta de Alckmin

O governo convocou os dirigentes do Movimento Passe Livre (MPL) para organizar juntamente com a polícia a quinta manifestação. Colocaram-se oficiais para acompanhar a passeata, que, segundo informações, estariam em contato com os dirigentes. Apenas não se revelou o percurso. O governo decidiu manter a Tropa de Choque aquartelada. O mesmo se passou no Rio de Janeiro. A nova orientação prescreve manifestação pacífica. Nota-se uma inclinação da direção do MPL de se adaptar às pressões dos governos.

A repressão à quarta jornada criou um atrito político entre Alckmin e Haddad, que foi obrigado a não somente condenar o “vandalismo” como também a criticar os excessos da Polícia Militar. As reuniões entre governo e lideranças do MPL não foram capazes de pôr um fim às manifestações. Tudo indica que o prefeito e o governador terão de recuar no aumento, dando uma vitória aos manifestantes; ou voltar à posição de golpear.

Por mais que as lideranças do MPL tenham orientado à manifestação sem depredação, um agrupamento minoritário – mal identificado politicamente – tem procurado a via do confronto, como se mostrou na tentativa de ocupação da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e na tentativa de entrar o Palácio dos Bandeirantes de São Paulo na manifestação de 17/6 e, agora, na sexta marcha do dia 18/6, em frente à Prefeitura de São Paulo. Em ambos os casos, a Tropa de Choque não foi acionada.

As autoridades contam com as ações de pequenos contingentes de manifestantes radicalizados – que podem abrigar agentes provocadores da polícia – deslocados da maioria para apagar a guerra promovida na quarta manifestação e justificar a volta da Tropa de Choque às ruas. Lembremos que Alckmin não permitiu que a passeata de professores grevistas chegasse perto do Palácio, muito menos a da polícia civil, no entanto, nada fez para conter a chegada de uma parcela dos atuais manifestantes. Espera-se com essa manobra criar as condições para nova ofensiva repressiva, caso não se chegue a um acordo com a direção do MPL.

A mudança no movimento

A luta começou contra o aumento das passagens. Trata-se de uma reivindicação limitada. Governos de alguns estados já aceitaram a redução do aumento. A resistência de Haddad/Alckmin indica seu compromisso com os empresários dos transportes.

O movimento rejeita explicações orçamentárias dos governos, como ocorreu na reunião do Conselho Municipal de São Paulo. Esse é um problema dos governos burgueses. O problema dos explorados é receber um salário de fome, trabalhar como burro de carga, amargar o desemprego, enfrentar a loucura da locomoção diária e não conseguir pagar as passagens. Os cálculos dos capitalistas são contrários aos dos assalariados, desempregados e famintos.

O movimento se armou para derrubar o aumento. Deve, portanto, ser conquistado integralmente. O retorno aos R\$ 3,00 não irá alterar substancialmente a situação das massas. Nisto, o MPL mostra sua pequenez reformista.

O POR, distintamente, isoladamente, vem lutando desde que começaram as primeiras manifestações para que se assumissem as bandeiras de **SALÁRIO MÍNIMO VITAL, COM ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE e ESTATIZAÇÃO SEM INDENIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE URBANO COLETIVO**.

Na luta, o MPL não tem exigido sequer o cumprimento das reivindicações de **PASSE LIVRE PARA ESTUDANTES E DESEMPREGADOS**.

Com o crescimento das manifestações, têm aparecido bandeiras como, impostos, mensalão, corrupção, segurança, saúde e educação. Setores da classe média buscam expressar a influência das disputas interburguesas. Não por acaso, a imprensa tem se voltado a propagandear que o Brasil está acordando perante a corrupção, a inoperância do Congresso Nacional e para a necessidade de ter, nas próximas eleições, mudanças.

Quanto mais difusas forem as bandeiras, mais facilmente o movimento poderá ser canalizado para a política burguesa.

A coesão das massas em luta em torno de bandeiras dos explorados – que não se confundem com os interesses dos partidos burgueses em disputa – é fundamental para as conquistas e seu fortalecimento. É fundamental lutar pelas reivindicações que unem a juventude oprimida com a classe operária e com os demais explorados.

A defesa do **SALÁRIO MÍNIMO VITAL, A ESCALA MÓVEL DOS REAJUSTES E ESTATIZAÇÃO SEM INDENIZAÇÃO DOS TRANSPORTES COLETIVOS SOB CONTROLE COLETIVO** é que garantirá a unidade contra os ataques da burguesia à vida das massas.

Derrotar o apartidarismo reacionário do MPL

Chegou-se a reprimir a liberdade das correntes de esquerda,

que sempre estiveram na organização do movimento, de levantarem suas bandeiras. A campanha do MPL contra a identificação da militância organizada tem sido alimentada pela imprensa burguesa. O ataque às correntes que levantaram suas bandeiras chegou à agressão física. É preciso derrotar essa política pequeno-burguesa reacionária.

É por essa via que se armam tendências fascistas contra os partidos que se reivindicam do socialismo, da revolução proletária.

As massas em luta têm horror aos partidos da burguesia. Esses devem ser expulsos porque representam posições e interesses contrários aos da juventude oprimida e dos explorados. Não se pode confundir o ódio que as massas acumulam contra a política dos capitalistas com a política do proletariado.

O MPL faz um favor aos partidos patronais e ao governo atacando as bandeiras das esquerdas. A tese anarquista – agora autonomista – de que os explorados não precisam de um partido para dirigi-las não somente vai na contracorrente da história como serve à burguesia em seu combate incessante para que o proletariado não se organize sob a estratégia de tomada do poder e o programa de transformação das relações de propriedade e de supressão da exploração capitalista do trabalho.

Já é uma grande limitação não se lutar pelas reivindicações que de fato defendem e unem os explorados. Não ter uma estratégia de combate ao capitalismo é erro capital – resulta em fraqueza do movimento das massas diante do Estado burguês, que acabará impondo suas condições.

É preciso que a vanguarda, os partidos de esquerda e a parcela mais consciente das manifestações levantem a bandeira de **ABAIXO A REPRESSÃO AOS PARTIDOS DE ESQUERDA IDENTIFICADOS COM A LUTA DOS EXPLORADOS! PELA DEMOCRACIA OPERÁRIA!**

É hora dos partidos de esquerda formar uma frente única para se impor contra os ataques dos bate-paus. Já é passada a hora de se organizar um bloco das esquerdas que se reivindicam do socialismo no interior das manifestações. É fundamental diferenciar a política proletária da política pequeno-burguesa dos anarco-autonomistas.

Constituir uma direção revolucionária

Não se pode duvidar que a direção do MPL levará o movimento a um beco sem saída. Os governos pressionados pelo agigantamento do ascenso manobram entre a repressão e o legalismo “democrático”. Ou o movimento será canalizado para a política burguesa, ou será combatido pelo Estado policial.

Passada a surpresa, as forças capitalistas se voltarão para apagar o fogo e evitar que o movimento da juventude seja deslocado pelo movimento operário.

O capitalismo desaba em sua maior crise desde 1929/1945 e avança duramente contra a classe operária e a pequena-burguesia. O que ressalta a crise de direção. As massas saem à luta em toda a parte, mas sem o seu partido marxista-leninista-trotskista, sem o seu partido mundial da revolução socialista, destruído pelo estalinismo.

O fenômeno do MPL é expressão da crise de direção revolucionária. Os porta-vozes da burguesia – acadêmicos, intelectuais

e “especialistas” – insistem que se trata de um reflexo das redes sociais e que isso é salutar, uma vez que se superaram as “velhas” ideologias marxistas. E que o perigo está em o Estado não reconhecer-lo e tratá-lo a bombas e balas de borracha.

Não havendo um partido revolucionário no seio do proletariado, que assim poderia influenciar o curso da pequena-burguesia, a juventude atende à convocação das redes sociais, por organizações do tipo MPL.

É sintomática a míngua presença política de organizações como ANEL e a CSP-Conlutas, controladas pelo PSTU. A UNE está à margem da organização das manifestações, ela foi transformada em correia de transmissão do governo petista/peemedebista.

O MPL formado por uns quantos ativistas de internet brilha sozinho. Ocupa um espaço vazio deixado pelas organizações estudantis, dirigidas por um lado pelo petismo e estalinismo (PCdoB) e por outro pelo centrismo de esquerda (PSTU) e de direita (PSOL). Está aí por que se bloqueia a evolução organizativa e política da juventude em luta.

A troika MPL, PSOL e PSTU formam a direção aparelhista, mas é o MPL quem dá as cartas. Os três fizeram da reunião ampliada uma formalidade. Há que constituir um *Comando do*

Movimento, que se responsabilize por manter as reivindicações, por dar organicidade à luta, por combater politicamente a ação de grupos isolados, por avançar nas reivindicações e garantir a democracia operária.

É necessário potenciar a política do proletariado no interior do movimento da juventude, politizá-la e emancipá-la da política transmitida diariamente pela burguesia.

Responder ao aumento do custo de vida e das passagens com:

1. *Salário mínimo vital, com escala móvel de reajuste;*
2. *Passe livre a estudantes e desempregados;*
3. *Não ao aumento do preço das passagens;*
4. *Estatização sem indenização do sistema coletivo de transporte urbano;*
5. *Por um sistema público de transporte urbano controlado pelos trabalhadores*

Responder à organização do movimento com:

1. *Organizar um comando do movimento eleito em assembleias;*
2. *Garantir a participação das correntes políticas que se identificam com o movimento e que o constroem;*

Responder aos ataques dos governos com:

1. *Defender as liberdades políticas de livre manifestação;*
2. *Fim da polícia nas ruas para controlar o movimento;*
3. *Nenhuma punição aos manifestantes;*

Responder à ação isolada de grupos que pode favorecer a repressão e o isolamento do movimento com:

1. *Politizar a juventude com bandeiras claras de luta;*
2. *Conquistar a coesão política do movimento sob uma direção revolucionária;*
3. *Responsabilizar o governo pela repressão;*
4. *Constituir uma frente entre as correntes de esquerda para garantir a democracia do movimento.*



Brutal repressão ao Movimento do Passe Livre:

Prefeito do PT, governador do PSDB do estado de São Paulo, governador do estado do Rio de Janeiro do PMDB, governo federal do PT, unidos contra a juventude em luta!

Um Estado militar-policial armou-se no Brasil

14 de junho de 2013

A quarta manifestação de rua do movimento contra o aumento das passagens foi combatida pela tropa de choque. Os centros de São Paulo e do Rio de Janeiro se transformaram em praça de guerra. 237 prisões em São Paulo, mais de 100 feridos por bombas e balas de borracha. Desde a 1ª manifestação, o governo e a imprensa acusaram os participantes de vândalos, arruaceiros, etc. As imagens de quebras de vidraças e fogo em sacos de lixo passaram incessantemente para convencer a população de que se tratava de baderneiros, ações de grupos radicais. Já nas primeiras prisões, enquadraram-se os jovens detidos como formadores de quadrilha. A violência policial, no entanto, não parou a luta. Nem as ameaças das autoridades em perseguir os partidos de esquerda. O que mostrou a determinação da juventude em não se curvar diante do prefeito petista e do governador pessedebista. O cerco policial foi crescendo, até chegar ao ponto da tropa de choque intervir no quarto dia de conflito com a brutalidade para a qual foi domesticada. Como provam as inúmeras imagens e depoimentos, a iniciativa da repressão foi provocadora e preparada. Os acontecimentos nas ruas centrais de São Paulo e Rio de Janeiro são apenas uma pequena amostra de como a liberdade de manifestação e expressão é tratada, quando a burguesia e seus governos estão diante de reivindicações dos oprimidos.

Bombas e balas de borracha são letais Policiais são treinados para atirar no rosto!

O Estado tem aprimorado seu aparato repressivo contra o movimento de massas. O Batalhão de Choque é uma força especializada no combate aos explorados. É utilizado para situação em que greves, ocupações, manifestações de rua, bloqueios, etc. comparecem como uma força social contrária aos interesses da burguesia. A sua intervenção, como a de ontem, expõe às vistas a ditadura de classe dos exploradores. O Brasil exibe um avançado grau de militarização da vida social. Essa situação comparece mascarada pelos constantes apelos ao Estado de Direito, de direitos humanos, de liberdade de manifestação pacífica, etc. A utilização de balas de borracha é um sinal de que o combate ao movimento de massa tem se tornado cada vez mais letal. Os policiais atiram no rosto dos manifestantes, podendo atingir-lhe os olhos. Essa monstruosidade é tida como fatalidade. Mas se trata de crime de humanidade.

Manifestação pacífica se transforma em brutal ataque policial

Os governos consideram pacífica a manifestação que não lhes afeta. Quanto mais pacífica, mais inócua. Essa é uma lei da política de dominação. Mas os movimentos não surgem para ser pacíficos ou violentos. Levantam-se em defesa de reivindicações. Os estudantes exigiram do prefeito Haddad que revogasse o aumento do preço das passagens e que determinasse

passe livre para estudantes e desempregados. A ocupação das ruas por milhares de manifestantes foi a via para exigir das autoridades uma resposta. Qual foi a resposta? A repressão policial! Diz o prefeito que estava disposto a negociar com as lideranças. Mas negociar o quê? Haddad/Alckmin nada tiveram a oferecer. Afirmaram de braços dados que o aumento das passagens é irrevogável. O que queriam, então? Queriam que os estudantes não ganhassem as ruas e que aceitassem os argumentos capitalistas dos governantes. Uma vez que nada tinham a negociar, exigiram que se manifestassem pacificamente, democraticamente, etc. O que seria pacífico? Seria aceitar onde e quando o governo e a polícia indicassem. O movimento de massa teria de se sujeitar à autorização do Estado policial. Caso contrário, não seria pacífico. Isso quer dizer, nascer morto, fadado ao fracasso. O movimento, no entanto, começou pacífico. Mas logo foi golpeado por bombas, balas de borracha e cerco policial. Foi a partir da violência policial, visando a acabar com a manifestação organizada, que os manifestantes dispersos quebraram e atearam fogo em sacos de lixo. Já não era o movimento organizado que agia, mas o movimento fragmentado e perseguido pelos cães de guarda da burguesia. Via de regra, o ódio descarregado nas vidraças, nas cabines, porta de metrô, etc. não favorece a luta organizada, que por sua natureza age sob métodos conscientes da luta de classes, portanto, sob métodos de combate proletário, de massa, à burguesia. O governo Alckmin, Haddad e toda imprensa se valeram dos primeiros sintomas do ódio explosivo para combater o apoio da população oprimida aos manifestantes, que é a única atingida pelo aumento das tarifas. Os fatos mostram que ação dos manifestantes acossados pela polícia foi a resposta que restou. O movimento pacífico da juventude foi dissolvido pelos métodos violentos da ditadura de classe da burguesia.

Não há liberdade de manifestação pacífica no Brasil

O governo diz que é um direito dos descontentes com o aumento das passagens se manifestarem, mas de maneira pacífica. Os estudantes vão às ruas e o governo proíbe que a marcha parta do Teatro Municipal para a Consolação e desta para a Avenida Paulista. E por quê? Porque se pretende impedir que a luta tenha efeitos políticos e econômicos. Que se coloque diante do País. A liberdade de manifestação aventada é aquela que confina a luta segundo a vontade das autoridades. Os movimentos têm conquistado o direito de se manifestar na Av. Paulista porque lá se concentra a vida econômica da cidade. Para isso, estão obrigados a contrariar as proibições. O sindicato dos professores do Estado de São Paulo (Apeoesp) arca com processos e multas milionárias por realizar suas assembleias no espaço sócio-econômico que dá projeção política. As manifestações que bloqueiam a região são pacíficas. Usam apenas a força de massa para paralisar parte da vida econômica, de forma a ganhar capacidade para exigir do

governo o cumprimento das reivindicações. A violência policial contra o movimento mostra que de fato não existe liberdade de manifestação organizada. Como se vê, a exigência de que o movimento seja pacífico é mentirosa. O mesmo ocorre com o direito de greve. Não há liberdade de greve no Brasil. A democracia que sucedeu a ditadura militar conservou os fundamentos do Estado policial. Está aí por que os explorados têm de se preparar com todos os meios para enfrentar a violência capitalista. Mas sempre expressando a luta das massas, o que é distinto de grupos que praticam ações isoladas. É necessário defender a violência revolucionária do proletariado, da maioria oprimida contra a minoria opressora.

Falso reconhecimento

Haddad declarou que lhe pareceu ter havido excesso de policiais na repressão. Isso porque vários jornalistas foram atingidos. As bombas e balas de borracha não pouparam os profissionais da imprensa burguesa. Alckmin repetiu o discurso que diz que a polícia cumpriu sua função de garantir a segurança da cidade, das pessoas e dos patrimônios. E caso tenha havido excesso será apurado. Essas mentiras servem para enganar a população que assistiu à operação do Batalhão de Choque como se estivesse combatendo um inimigo mortal. Na realidade, eram manifestantes que levaram em suas mochilas tão-somente vinagre para se proteger dos gases, e sprays para escrever as reivindicações. A maioria não levava a não ser a roupa do corpo. A polícia é adestrada a cometer todo tipo de violência. Depois dos estragos, vêm as explicações esfarrapadas. O uso de balas de borracha é um grave atentado à vida de manifestantes que ganham as ruas em defesa de reivindicações. Nenhum governante se coloca pela abolição do instrumento que provoca graves lesões corporais e risco de vida. Em seus discursos, Haddad e Alckmin anunciaram a necessidade de reprimir o movimento, e são responsáveis diretos pela violência policial.

Motivo da luta estudantil

Há vários anos se repetem as saídas às ruas da juventude, principalmente universitária e secundária, assim que se aproxima o novo aumento das passagens dos transportes públicos. A maioria se vê limitada em suas necessidades de locomoção. Os transportes são caros e péssimos. Grande parte privados, têm de ser lucrativos. Os governos os subsidiam em milhões (1 bilhão e 200 milhões em São Paulo, segundo Haddad), mesmo assim os preços pesam para a classe média baixa e para a classe operária (aqueles que têm passe parcialmente pago pela patronal ou recebem como salário indireto). O sistema de transporte coletivo não comporta as necessidades sociais, porque deve ser lucrativo. As bandeiras de passe livre para estudantes e desempregados sintetizam o mínimo. Parte dos estudantes é desempregada; parte ganha um salário miserável. Os trabalhadores que perdem o emprego passam a ter dificuldades em pagar tarifas tão altas. Está aí por que ganhou força a bandeira de congelamento do preço dos transportes. Não se aceita o aumento que, em São Paulo, se elevou de R\$3,00 a R\$3,20. O custo de vida vem crescendo e os salários decrescendo. Essa situação colocou milhares de jovens nas ruas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Maceió, Goiânia e outras capitais. Por enquanto, a população explorada olha a distância o movimen-

to, mas sabe que é preciso lutar contra a pobreza, a miséria e as privações.

Avançar com as reivindicações Estatização sem indenização do sistema privado de transporte coletivo urbano Salário mínimo vital com escala móvel de reajuste

O custo do transporte entra no custo da força de trabalho – no tempo socialmente necessário gasto para criar os meios de subsistência do trabalhador e de sua família. Não se pode desconhecer esse fenômeno econômico-social. Não por acaso, o aumento dos preços das passagens afeta de sobremaneira os assalariados. Sendo assim, é necessário que o movimento levante bem alto a bandeira de **SALÁRIO MÍNIMO VITAL, COM ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE!** Quanto é necessário para uma família de quatro pessoas viver? A resposta a essa pergunta contém o custo dos transportes. Cabe ao movimento fazer seus cálculos e verá que não menos do que R\$ 4.000,00. Dada a volta da alta na inflação, que se pague um salário mínimo vital, reajustado automaticamente (escala móvel). O sistema coletivo deve ser inteiramente estatal. Nada de subsidiar capitalistas! Estatizar sem indenização. Já lucraram demais.

Voltar-se à população pobre

A defesa do passe livre aos estudantes e aos desempregados, do salário mínimo vital, da escala móvel de reajuste, da estatização e constituição do sistema estatal, sob controle dos trabalhadores permite aproximar as reivindicações dos estudantes, da juventude proletária e da maioria explorada. O governo e a imprensa pretenderam passar a ideia de que o movimento do passe livre se limita a uma parcela minoritária da classe média. O que não é verdade. Certamente, a reivindicação de congelamento, de passe livre para estudantes e desempregados interessa a todos assalariados que dependem dos serviços de transporte. Mas interessaria muito mais se estivesse no ponto mais alto a bandeira de **SALÁRIO MÍNIMO VITAL, COM ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE.** Essa é a reivindicação que traduz a política do proletariado diante da exploração capitalista do trabalho.

Exigir o fim da violência policial, real direito de manifestação e punição aos responsáveis pelas prisões e ferimentos de manifestantes

O movimento, que voltará às ruas, deve estar munido das reivindicações democráticas de fim das agressões, prisões, bombas e balas de borracha. Responsabilizemos Haddad e Alckmin pela violência. Fora a tropa de choque e a polícia! Por uma verdadeira apuração sobre a violência policial desfechada contra o movimento. Libertar os presos! Nada de processo contra manifestantes! Assembleias em todas as universidades! Que os sindicatos docentes e de funcionários e organizações estudantis (DCEs, CAs, DAs) se manifestem em apoio ao movimento, pela libertação dos presos e contra a repressão policial! Que os sindicatos e centrais sindicais assumam a luta pelo salário mínimo vital e pelas liberdades políticas. Que convoquem assembleias para levantar a bandeira de salário mínimo vital com escala móvel! Que se juntem à luta, defendendo a expropriação das empresas de transporte!

Polícia mata Cleonice Vieira de Moraes

A repressão policial tem causado prisões e ferimentos em centenas de manifestantes e também em jornalistas. A polícia poupou nem hospital Souza Aguiar, alvejado por bombas.

No dia 20, em Belém, Cleonice Vieira de Moraes foi morta após ter inalado gás. A polícia militar lançou bombas contra o protesto que tomou conta do centro da capital maranhense. Apesar de se proteger dentro de um bonde, o gás da bomba sufocou os pulmões e parou o coração de Cleonice, uma trabalhadora de limpeza.

A Polícia Militar respondeu que foi uma fatalidade. Afirmando que o gás lacrimogênio não estava vencido. O secretário de Saneamento disse que não enviou nenhuma ordem para os garis permanecerem no local do confronto. Portanto, ambos lavaram as mãos.

Cleonice foi assassinada por uma ação da polícia militar, durante os protestos.

Os governos vêm escondendo o número de feridos e sua gravidade. O argumento de que a repressão ocorre em função

dos ataques de grupos minoritários se desfaz perante os fatos. Acaba, assim, criando mais ódio da juventude oprimida contra a polícia.

Marcos Delefrate foi morto

O jovem estudante Marcos Delefrate foi brutalmente morto em Ribeirão Preto (SP). O protesto pelo passe livre bloqueava uma das avenidas da cidade quando um motorista jogou o carro sobre os manifestantes, causando a morte de Marcos e ferimentos em dezenas.

A fúria do motorista contra o bloqueio expressa uma mente mutilada, corroída pelo capitalismo. Já não é capaz de enxergar a luta coletiva dos estudantes e da população contra as medidas governamentais.

Marcos Delefrate foi assassinado por um cérebro embrutecido pela barbárie capitalista.

O movimento deve responsabilizar os governos e o Estado pela morte de Cleonice e Marcos.

Manifestações com centenas de milhares nas ruas impõem a revogação das tarifas aos governos do PT e PSDB

O movimento ainda tem tarefas: a redução das tarifas nas outras cidades do país!

A libertação dos presos políticos e o fim da repressão policial!

Levantar as bandeiras de estatização sem indenização da rede privada de transporte e do salário mínimo vital (pelo menos 4 mil reais) reajustado automaticamente de acordo com a inflação!

Assembleias nos locais de estudo e trabalho! Construir um comando de luta e democrático a partir das assembleias de base! Paralisar as aulas para que todos possam ir às manifestações! Total liberdade de manifestação e expressão políticas!

S. Paulo - 20/06/13

O que se discute agora

O prefeito de São Paulo, Haddad (PT), e o governador Alckmin (PSDB) foram juntos à imprensa anunciar a revogação do aumento das tarifas, que voltam a 3 reais a partir de 24/06. O prefeito do Rio de Janeiro os acompanhou e também voltou atrás no aumento.

Foi uma conquista da mobilização, que obrigou os governos a voltarem atrás um dia depois de dizerem que isso era impossível. As massas vão tirar como lição disto que sua mobilização é o caminho para derrotar a intransigência governamental. A principal vitória é política. As massas em luta ganham confiança em sua própria força.

Os governantes disseram que a redução das tarifas terá consequências: aumentar o preço dos combustíveis ou elevar a arrecadação do IPTU, cobrando o imposto até mesmo das moradias mais humildes que hoje são isentas. O autoritário Alckmin afirma que os programas sociais terão cortes.

Os dois se negam a tocar nos lucros dos capitalistas dos transportes e despejam o custo sobre a população assalariada. O movimento terá de responder ao anúncio do governador e do prefeito de que terão de cortar gastos sociais e aumentar impostos. É preciso ter claro que a revogação dos aumentos não muda a situação de pobreza, miséria e penúria da maioria. Foi preciso um gigantesco movimento nacional para se obter uma pequena vitória econômica. Está claro que inúmeras reivindicações e palavras de ordem brotaram nas

ruas contra a política burguesa. O MPL no entanto limitou a reivindicação à revogação do aumento das tarifas. Colocou-se de lado a bandeira de passe-livre para os estudantes e desempregados.

Que a revogação do aumento das tarifas recaia somente sobre os capitalistas! É preciso levantar a bandeira de ESTATIZAÇÃO SEM INDENIZAÇÃO DE TODA A REDE DE TRANSPORTE, e CONTROLE COLETIVO POR QUEM TRABALHA E USA! Os capitalistas já lucraram demais!

Unir a juventude aos trabalhadores para enfrentar capitalistas e governo!

A maioria que tem participado das manifestações vem da juventude, que é o setor mais atacado pelo aumento da tarifa. Mas o movimento ganhou apoio porque a maioria está engastada com a carestia, principalmente sobre a alimentação! Os governos protegem os lucros dos capitalistas e descarregam a crise sobre os trabalhadores, com arrocho salarial e alta dos preços! É hora de defender a vida das famílias trabalhadoras! Levantemos a bandeira do SALÁRIO MÍNIMO VITAL (pelo menos 4 mil reais), reajustado automaticamente de acordo com a inflação (escala móvel)! Essa bandeira defende os assalariados em geral e pode trazê-los para um movimento conjunto com a juventude, elevando a luta ao ponto da paralisação da produção e confrontando capitalistas e governos de uma só vez!

Democracia no movimento! Direito de manifestação e expressão!

Está claro que o movimento de massas tem de poder escolher democraticamente seus rumos. Temos de convocar assembleias em todos os locais de estudo, trabalho e moradia, discutir e aprovar medidas de ação coletivas e eleger representantes (delegados) para construir um COMANDO GERAL DE MOBILIZAÇÃO, democrático e sob controle das bases!

É preciso defender a liberdade e o direito de manifestação e expressão políticas de todos os agrupamentos, correntes e partidos que se reivindicam do movimento. Não é admissível que se pretenda impedir o direito de comparecer com as camisetas, bandeiras e faixas dos partidos. O movimento só poderá avançar cada vez mais se for democrático e tiver LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO E EXPRESSÃO!

Defender o movimento dos ataques dos governos

Alckmin e Haddad justificaram os ataques da tropa de choque como resposta ao vandalismo. Mas a afluência de milhares e milhares de jovens e populares nas ruas derrubou essa falsificação. O ódio de grupos desfechado contra patrimônios que representam o capitalismo e as instituições políticas da burguesia não foi obra das massas, que usaram o método coletivo de bloqueio de ruas, marchas, cerco aos órgãos do governos, etc. Está aí por que o movimento não assimilou as formas estranhas à luta coletiva e

Bahia

Manifestantes saem às ruas em Salvador e cidades do interior da Bahia

As manifestações em Salvador em solidariedade à onda de atos pelo país começaram no dia 15 de junho, com a realização de uma reunião ampliada, com mais de mil pessoas, que se transformou logo em seguida num ato e passeata pelas ruas centrais de Salvador. Além do apoio às lutas travadas em outras cidades, inúmeras reivindicações se expressaram ao longo da passeata. Predominam as posições de defesa do apartidarismo (contra todos os partidos), hostilidade que se estende inclusive aos partidos de esquerda (nem as bandeiras de movimentos sociais são poupadas), bem como de tendências nacionalistas. A base social do movimento é a pequena-burguesia, na esmagadora maioria formada por estudantes. A passeata culminou com a aprovação de dois atos nos dias 17 e 20 de junho em Salvador e não houve confronto com a polícia militar. O Partido Operário Revolucionário (POR) participou da reunião de organização, fazendo intervenções com a defesa das posições revolucionárias e da passeata.

No dia 17/06, a manifestação teve a participação de pelo menos 10 mil pessoas. A concentração se realizou de frente ao Iguatemi e seguiu pela avenida Pararela. Os policiais acompanharam de longe e não houve confrontos. Os setores apartidários não permitiram novamente que os partidos de esquerda levantassem as suas bandeiras, chegando a agredir fisicamente militantes que se encontravam com bandeiras nas mãos. Apa-

também combateu toda forma de intervenção policial. Agora, o governo e a polícia estão rastreando aqueles que foram taxados indevidamente de vândalos. Rechaçamos qualquer perseguição e punição àqueles que estiveram junto ao movimento.

Mesmo sem nenhum pretexto, no dia 13/06, a repressão foi endurecida brutalmente, com o uso das balas de borracha letais, gás, bombas e prisões de centenas. A tentativa do governo autoritário de Alckmin de tentar dispersar o movimento através do terror, no que foi ajudado pela imprensa burguesa mais reacionária (Globo, Estadão, Veja), se virou contra seus propósitos. A solidariedade aos reprimidos e a ânsia de protestar contra a alta dos preços protegida pelos governos levou centenas de milhares às ruas.

Se o discurso dos governos e de uma parte da imprensa mudou, a repressão ainda tem acontecido geralmente ao final das manifestações. A intransigência dos governos pode levá-los a se voltar à agressão aos manifestantes. É preciso defender FIM DA POLÍCIA NAS RUAS PARA CONTROLAR O MOVIMENTO! NENHUMA PUNIÇÃO/REPRESSÃO AOS MANIFESTANTES!

É tarefa do movimento manter-se em pé. Trabalhar por: 1. *Politizar a juventude com bandeiras claras de luta;* 2. *conquistar a coesão política do movimento sob uma direção revolucionária;* 3. *responsabilizar o governo pela repressão;* 4. *defender o direito democrático de todas as correntes que se reivindicam do movimento e que o organizam a levantarem suas bandeiras*

receram consignas sobre fim da corrupção, contra a copa, por investimentos na educação e saúde, fora Feliciano e de fora os partidos. O POR participou da manifestação com distribuição de manifesto em defesa do direito de manifestação e expressão, do passe livre para estudantes e desempregados, da estatização do sistema de transporte sob controle dos trabalhadores e do salário mínimo vital com escala móvel de salários.

No dia 19, ocorreu uma reunião de avaliação e planejamento da manifestação do dia 20 de junho. O POR participou fazendo uma avaliação da manifestação do dia 17/06, colocando que as manifestações de rua foram importantes, pois, demonstraram a insatisfação de uma grande parte da população explorada por conta dos desmandos dos governos burgueses de ataque aos trabalhadores e à juventude. Colocamos, entretanto, que era necessário transformar a insatisfação em luta política contra os ataques dos governos, em defesa das reivindicações dos explorados e da juventude.

A manifestação do dia 20 de junho foi massiva e concentrou em torno de 20 mil pessoas. A concentração se deu na Praça do Campo Grande pela tarde. O POR esteve presente com cartazes, bandeira e manifesto com as consignas proletárias. Mais uma vez, já na concentração, expressaram-se as hostilidades contra os partidos de esquerda presentes (POR, Psol, PSTU e outros). Grupos gritavam a palavra de ordem "Sem partidos".

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Diante disso, o POR e outros grupos gritaram a palavra de ordem “Com partidos”, deixando claro que todos os presentes tinham posições políticas e partidárias, inclusive os anarquistas e os independentes. As hostilidades reapareceram durante toda a caminhada. A manifestação foi violentamente reprimida ao chegar às proximidades do Estádio Arena Fonte Nova. A polícia de choque do governo Wagner (PT) fez uma barreira, seguida de bombas de gás e tiros de borracha. Os confrontos entre pequenos grupos e a polícia continuaram por horas nas ruas centrais de Salvador, com manifestantes feridos.

As manifestações do dia 20/06 se expandiram por pelo menos 17 municípios da Bahia, atingindo a capital e as principais cidades do interior do Estado. De fato, as manifestações expressam tendências gerais, impulsionadas pelo avanço da crise do capitalismo e seus reflexos na economia brasileira,

Bahia - manifesto

Estudantes de todo o país lutam contra o aumento das passagens! Em defesa do direito de expressão e manifestação! Denunciamos a brutal repressão dos governos e da polícia!

Enquanto os trabalhadores, a juventude e demais explorados passam privações na educação, saúde, transporte, moradia e terra, o governo gasta bilhões nas obras da Copa do Mundo com empreiteiras. Além disso, aumentam os preços dos produtos básicos (inflação) e das tarifas de transporte. Contra tudo isso, os Estudantes de todo o país estão se organizando e se manifestando para barrar o aumento das passagens e tarifas de transporte nos estados, realizado pelos governos e empresários.

Várias manifestações ocorrem em todo o país, como em Goiânia, por meio da qual os estudantes conseguiram derrubar o aumento da tarifa. Outras manifestações ocorreram no Rio de Janeiro, Porto Alegre, Natal e São Paulo. Em todas as manifestações dos estudantes, os governos e a polícia desfecharam uma brutal repressão por meio do Batalhão de Choque da Polícia Militar, que atentam contra o direito de expressão e manifestação.

Mas os estudantes não se intimidaram e continuam nas ruas denunciando as péssimas condições do transporte urbano, ganhando apoio da população trabalhadora, apesar das críticas da imprensa burguesa. A juventude da Bahia e, particularmente de Salvador, também fortalece o movimento nacional. No dia 15/06, houve uma reunião do Movimento pelo Passe Livre

com ataques à vida das massas e da juventude. Entretanto, as influências das tendências anarquistas e anarquizantes, a despolitização de vários setores, a política reformista e centrista, bem como a ausência do proletariado na luta e de um forte partido revolucionário enraizado nas massas respondem pelos limites das manifestações. Chama atenção a hostilidade contra todos os partidos e os gritos nacionalistas. A falência da burguesia e dos seus partidos, mergulhados na corrupção, as traições do estalinismo e as vacilações do reformismo e do centrismo leva a juventude a identificar todos os partidos, inclusive os de esquerda, com se fossem a mesma coisa. É preciso superar essas limitações para que as manifestações possam incorporar as massas trabalhadoras e avançar nas reivindicações, constituindo um movimento em defesa dos explorados e da juventude.

e, logo em seguida, uma passeata pelas ruas e avenidas centrais da cidade. O Partido Operário Revolucionário (POR) se soma aos demais manifestantes nas ruas de todo o país, trabalhando pela organização e mobilização da juventude e dos trabalhadores. Foram aprovadas outras manifestações no dia 17/06 e dia 20/06.

TODOS AO ATO DO MOVIMENTO DO PASSE LIVRE HOJE EM SALVADOR, EM DEFESA DO DIREITO DE MANIFESTAÇÃO, CONTRA A REPRESSÃO, AGRESSÕES E PRISÕES DE ESTUDANTES!

Hoje, dia 17 de junho de 2013, haverá uma manifestação estudantil em solidariedade aos estudantes de todo o país, que foram reprimidos, agredidos ou presos pelas polícias dos governos, por se manifestarem contra o aumento das tarifas de transporte. A concentração ocorrerá de frente ao Iguatemi, às 16 horas. Liberdade imediata para os estudantes presos! Nada de processos contra os manifestantes! Pelo Passe Livre para Estudantes e Desempregados! Em defesa da expropriação das empresas de transporte, sem qualquer indenização, sob controle dos trabalhadores! Pelo Salário Mínimo Vital, com escala móvel de reajuste! Só com a nossa mobilização, organização e ação direta, avançaremos na nossa luta!

Campina Grande-PB

Ato pelo passe livre, contra a privatização da saúde e contra a violência policial

Diante das manifestações nacionais contra o aumento na tarifa, um grupo de Campina Grande começou a organizar um protesto, via facebook, que rapidamente atingiu mais de 10 mil confirmados. O grupo inicial era composto pelo PCdoB, organizações paramaçônicas, organizadores da marcha das vadias, antipartidários e “independentes”. Todos devidamente

te misturados e escondidos sob o discurso do apartidarismo. As entidades e partidos que fazem frente em várias lutas na cidade (defesa das greves, contra a privatização da saúde, etc.) se articularam e passaram a participar das reuniões de organização do ato.

A Corrente Proletária Estudantil foi contrária a identificar

este grupo como MPL. Reivindicou um espaço coletivo e democrático para discutir a fundo as bandeiras. Já sabendo que o prefeito baixaria a tarifa, o PCdoB (base do governo municipal) queria fazer um jogo de cena: reivindicar, ser prontamente atendido e cantar a vitória. Desfizemos a manobra e conseguimos aprovar uma pauta para a manifestação com a luta pelo passe livre, redução da tarifa, contra a privatização dos serviços públicos e contra a criminalização dos movimentos sociais: contra a repressão, prisões e processos políticos contra os lutadores.

No grupo virtual de organização do evento, houve amplo espaço para a direita fascista ameaçar os militantes partidários. Cobramos o posicionamento claro da organização em defesa da liberdade de manifestação e articulamos com as correntes de esquerda a unidade contra a tentativa de restrição. A organização alegou, contrariada, que não tinha como impedir que as pessoas levassem bandeiras e camisetas, e votou na reunião (fomos contra a votação em si sobre o tema) que os militantes de partidos não poderiam se identificar partidariamente no carro de som. O fizeram alegando proteger os manifestantes, mas na prática cederam à direita fascizante e à pequena-burguesia despolitizada. Destaca-se o PCdoB que defendeu e aprovou esta resolução antidemocrática. Escondem-se atrás do apartidarismo e por meio do coleguismo influenciam parte da juventude.

O ato foi multitudinário, com cerca de 15 mil pessoas. No mesmo dia, pela manhã, o prefeito anunciou a redução da tarifa em R\$0,10. A resposta nas ruas foi: “mãos para o alto, R\$2,10 ainda é um assalto”. Um militante da Corrente Proletária Estudantil dividiu o carro de som com a UJR/PCR, PCdoB sem identificação e DCE da UEPB. No carro de som não foi possível expressar a política partidária, apenas a agitação em torno das bandeiras unificadas. *Nas ruas, porém, distribuímos nosso*

manifesto com a defesa do programa proletário que combina a luta pelo passe livre, redução da tarifa, estatização, sem indenização do transporte coletivo, sob controle dos trabalhadores com a luta pelo salário mínimo vital com escala de reajustes e pela estatização do sistema de saúde no combate à privatização promovida pela prefeitura. Além disso, destacamos a luta contra a repressão aos lutadores, seja por parte da polícia, judiciário ou dos direitistas que se ocultam sob o discurso apartidário.

Contra a pauta coletiva, o militante do PCdoB puxou o hino nacional duas vezes, sendo seguido efusivamente pelos manifestantes e vaiado pelos anarquistas. Um outro carro de som, posicionado no final da marcha, abriu o microfone para os partidos, sindicatos e militantes em geral. Ao final, um dos organizadores (antipartidário de direita) fez uma fala condenando este carro de som. Apesar disto, não houve violência contra militantes partidários, que puderam utilizar suas camisas e erguer suas bandeiras.

Diante do terminal de integração, os anarquistas e a Corrente Proletária Estudantil entraram, ainda que a massa dos manifestantes tenha se restringido a passar ao lado. Um dos organizadores começou a condenar este ato, mas conseguimos fazer a fala defendendo esta ação, que faz parte da luta pelo passe livre e redução da tarifa.

Apesar da heterogeneidade das bandeiras e cartazes, que incluíam as pautas pró-burguesas contra a PEC 37, contra a corrupção, etc., no carro de som se conseguiu minimamente se centrar na pauta que permite iniciar uma luta em Campina Grande. A tarefa agora é politizar o movimento, avançar na defesa de um programa proletário, no método da ação direta e fortalecer a frente contra as restrições fascizantes de impedimento da expressão da política partidária.

PB: Todos às ruas pelo passe livre, contra a mercantilização da saúde e contra a violência policial

Expropriar a rede privada de transporte e colocá-la sob controle coletivo dos trabalhadores e da população assalariada! Defender a vida dos trabalhadores e suas famílias por meio de um salário mínimo vital.

O movimento contra a elevação das tarifas de transporte tem tomado as ruas em todo o país. Em Porto Alegre, Goiânia e outras cidades, a população saiu vitoriosa, revogando o aumento. Em São Paulo, a luta iniciada pelos estudantes já virou um movimento de massa, colocando Alckmin (PSDB) e Haddad (PT) contra a parede. Em Campina Grande é preciso organizar um Comitê em defesa do Passe Livre, Redução da Tarifa e Estatização do Transporte Coletivo.

O aumento ocorrido no início do ano não teve a devida resposta pois não havia organização anterior suficiente. Como devemos defender os interesses gerais dos trabalhadores e juventude, defendemos também o SALÁRIO MÍNIMO VITAL (pelo menos 4 mil reais), REAJUSTADO AUTOMATICAMENTE DE ACORDO COM A INFLAÇÃO!

A luta está só começando.

1) O CRESCIMENTO DA LUTA EXPRESSA

TENDÊNCIAS GERAIS

Trata-se de uma resposta da população assalariada ao aumento do custo de vida, que é geral e não só dos transportes. A inflação sobe e os salários continuam de miséria. A repressão também tem despontado em todos os lugares contra a juventude e trabalhadores: em Belo Monte, em Jirau, nas universidades e no próprio movimento contra o aumento das tarifas, etc. A classe dominante e seus governos atacam com violência toda e qualquer manifestação dos explorados em defesa de suas bandeiras. Criminalizam os movimentos, criam a farsa jurídica de transformá-los em quadrilhas.

2) VIOLÊNCIA OU PACIFISMO?

Trata-se de uma falsa discussão. A maior violência que pode existir é a miséria, que é imposta cotidianamente à maioria da população. O alto preço das tarifas significa vários pratos de comida a menos na mesa do trabalhador. A acusação contra as manifestações, taxando-as de “baderna”, é usada como pretexto para a burguesia usar seu aparato po-

licial para reprimir covardemente aqueles que lutam por suas bandeiras. Num movimento de massas, ações radicalizadas acontecem. Defendemos a luta coletiva, de massas, organizada e politizada. Ações individuais, à margem das massas, não são capazes de impor derrotas à burguesia/governos. Mas ficamos incondicionalmente ao lado dos oprimidos contra a violência reacionária da polícia e do Estado.

3) CONSTRUIR UMA DIREÇÃO DEMOCRÁTICA E DE LUTA!

Defendemos que a direção do movimento expresse as suas contradições, suas divergências internas. E que resolva essas diferenças a partir do método da democracia operária, ou seja, com a formação de um comitê amplo, com representação de todos os setores que constroem a luta, mas principalmente com as assembleias de base. A população assalariada deve tomar as rédeas de seu movimento desde seus locais de estudo, trabalho e nos bairros. O discurso apartidário tem servido de abrigo para a direita com tendências fascistas violentar o direito democrático à livre manifestação e expressão. Em várias cidades houve agressões a militantes e impedimento a que erguessem suas bandeiras. É necessária uma campanha contra a despolitização. Defendemos a democracia operária nos atos e manifestações e a frente única entre as organizações de esquerda para combater o reacionarismo dado nas atividades de rua.

Mobilização em Fortaleza

À semelhança do ocorrido em outras partes do país, não contou com qualquer direção política. O MPL é muito fraco ou inexpressivo. A mobilização foi feita via redes sociais sem uma direção aparente. As organizações políticas mobilizaram nos locais de atuação. O Fórum pelo Passe livre que se reúne na UFC é minúsculo, não teve qualquer papel na convocação e direção do movimento. Não foram permitidos carros de som nem bandeiras de partido. O POR teve uma bandeira tomada pelos manifestantes e os canos das bandeiras quebrados. O mesmo aconteceu com o PCR. O PSTU teve dificuldades até com uma faixa assinada pela CSP-Conlutas. A pequena burguesia, em Fortaleza, como nas demais capitais, constituía o grosso da manifestação. O proletariado esteve ausente e por isso não foi possível que se impusesse bandeiras como salário vital, moradia a todos, combate aos governos burgueses, expulsão do imperialismo, derrubada do capitalismo etc. As cerca de 50 mil pessoas protestavam contra piora das condições de vida, inflação, a decomposição da educação, universidades, saúde etc e os gastos que os capitalistas ditam com a Copa. A manifestação esteve sob a direção da pequena burguesia e expressou as posições políticas desta ou mesmo burguesas a exemplo do pacifismo e do apartidarismo (defendido abertamente pelos intelectuais burgueses, jornalistas etc) que penetrou fundo no movimento. Outras bandeiras levantadas (tipicamente pequeno-burguesas) eram as de fim da corrupção, fora PEC 37. Proliferam baboseiras como gritos de “o gigante acordou” e “não somos contra a seleção mas sim contra a corrupção” e “eu sou brasileiro com muito orgulho” seguidas é claro de canto do hino nacional e muitas bandeiras do Brasil. Os anarquistas abertos ou camuflados, e mesmo as correntes

4) OS TRABALHADORES E A POPULAÇÃO POBRE EM GERAL DEVEM PARTICIPAR DA LUTA!

Tanto no país, como em Campina Grande, é preciso chegar aos bairros. Só assim, os aumentos que ocorrem nas férias escolares poderão ser combatidos. Para isso, é necessário empunhar o programa da classe operária, levantar as bandeiras que manifestam as necessidades da maioria: • PASSE LIVRE PARA ESTUDANTES E DESEMPREGADOS! O passe livre estudantil é parte do direito à educação e a gratuidade para os desempregados é uma reivindicação histórica dos trabalhadores. • SALÁRIO MÍNIMO VITAL (que os trabalhadores discutam em suas assembleias o valor necessário para garantir a sobrevivência de uma família de quatro pessoas, que, em nossos cálculos, não pode ser menor que R\$ 4.000,00) • ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE (subiu o custo de vida, aumentam automaticamente os salários) • ESTATIZAÇÃO SEM INDENIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTES, SOBCONTROLE DOS TRABALHADORES E DA POPULAÇÃO! Transporte é direito e meio de acesso a outros direitos. Não deve haver lucro na tarifa, que as empresas que exploram este serviço sejam expropriadas. CONTRA A MERCANTILIZAÇÃO DA SAÚDE! Derrotar nas ruas a lei de gestão pactuada de Romero e avançar na luta pela Estatização da rede privada de saúde, sem indenização, e constituição de um Sistema Único de Saúde integralmente público, gratuito e sob controle dos trabalhadores. • ABAIXO A REPRESSÃO! CONTRA AS PRISÕES, NENHUM PROCESSO POLÍTICO CONTRA OS LUTADORES!

anarquizantes como o grupo crítica radical, impulsionam no seio dos movimentos a bandeira fascista de proibição dos partidos, incluindo-se o uso da força para isso. Ao mesmo tempo, são tolhidos pela massa despolitizada quanto a tentativas de atos mais radicalizados, denunciados pela multidão como ‘vandalismo’.

Em Fortaleza, uma curiosa e ligeira particularidade ocorreu na reta final da manifestação que foi a entrada em cena de uma camada proletária depauperada de uma favela próxima ao local das manifestações. A entrada em cena deste setor, que não convocou o ato, mas foi por ele despertado e nele se incorporou, foi o que de certa maneira permitiu mudar o seu caráter. Ao aderir às manifestações, assumiram a liderança no combate de rua contra a polícia, incendiando uma viatura, levantando barricadas, atirando pedras contra a PM e ateando fogo em alguns pontos da avenida. Esta camada, que expressava seu ódio à repressão policial e a revolta com a vida de miséria nas comunidades, permaneceu nos enfrentamentos de rua enquanto a pequena burguesia se retirava descontente e horrorizada com a ação ‘bárbara’ da juventude pobre. Estes trouxeram também para a luta, obviamente, todos os vícios de lumpemproletários e saquearam um posto de gasolina ou cometeram pequenos assaltos.

A tarefa que se desprende dos acontecimentos é a de uma ampla campanha contra a despolitização. A defesa da democracia operária nos atos e manifestações e a frente única entre as organizações de esquerda para combater o reacionarismo dado nas atividades de rua. A construção do partido revolucionários e a defesa das bandeiras do programa de transição contra a crise capitalista.

Fortaleza – Copa: bilhões para os capitalistas e suas empresas.

Miséria e sofrimento para o povo pobre! Abaixo o capitalismo e a copa da burguesia!

Educação, saúde, habitação e emprego a todos!

Em meio à crise mundial capitalista, a copa mundo no Brasil é festejada pela imprensa, pelos governos e principalmente pelos capitalistas. O povo é chamado a torcer pela pátria e festejar o esporte nacional. Mas há algo de podre por detrás desta festa burguesa: o saque aos cofres públicos pelos grandes grupos empresariais e o brutal ataque aos explorados. Os empresários têm faturado uma fábula: a Arena Castelão consumiu mais de meio bilhão de reais. Em Brasília, o estádio Mané Garrincha pode ter um custo final de até 2 bilhões! Ao mesmo tempo em que os governos despejam 33 bilhões (orçamento da copa) nas mãos da burguesia, destroem brutalmente os direitos dos trabalhadores. O governo Dilma/PT/PMDB privatizou portos, destruiu a previdência pública e prepara a entrega do petróleo do pré-sal às multinacionais. A economia que vai se desintegrando, com a volta da inflação, afunda o poder de compra dos trabalhadores pobres. A miséria aumenta. As obras de mobilidade urbana só têm servido pra expulsar as famílias de suas casas. A copa vai agravar a falência do estado. Quem pagará a conta serão os explorados que precisam lutar pelas suas necessidades vitais: emprego a todos, terra, saúde pública e educação gratuita. O Partido Operário Revolucionário (POR) participa destas lutas levantando a bandeira de derrubada do

capitalismo pela revolução proletária e a democracia operária no seio dos movimentos.

Pela redução da jornada de trabalho para que haja emprego a todos!

Estatização da saúde e ensino privados! Escola e saúde únicas sob controle dos trabalhadores!

Salário mínimo vital que assegure uma vida digna a uma família de 4 pessoas aprovados nas assembleias dos trabalhadores! (R\$ 4000)

Pela meia passagem ilimitada! Passe livre para estudantes e desempregados! Estatização do transporte sob controle dos trabalhadores e população pobre

Revogação do aumento das tarifas dos transportes em todas as capitais!

Pelo livre direito de manifestação dos partidos operários nos atos e manifestações! Abaixo a ditadura dos ‘apartidários’ pequeno burgueses que querem impedir a livre atuação dos militantes partidários!

Abaixo o capitalismo. Viva o socialismo e a revolução proletária!

Por um Governo Operário e Camponês! (Ditadura do Proletariado)

Natal - RN

Da Revolta do Busão à caminhada da paz

O movimento revolta do busão conseguiu reunir milhares de estudantes e trabalhadores, que inicialmente se deu contra o aumento da passagem. Um movimento cuja organização se dava basicamente nas redes sociais, o que desde o início era combatido pelo POR, já que as plenárias tomavam algumas decisões e pelo Facebook. Os mesmos que tinham suas posições não aprovadas modificavam-nas posteriormente.

Embora reunindo 30 mil pessoas em Natal no dia 20, o movimento foi tomado pela pequena burguesia que levantou cartazes que nunca foram bandeiras do movimento e que passaram a assumir o movimento como seu. Bandeira como fim da PEC- 37, redução da maioria penal, contra o aborto, eram levantadas por diversos grupos.

Posição de servilismo do sindicato dos motoristas de ônibus.

Dois dias antes, as empresas de ônibus já informavam que iriam retirar toda sua frota de ônibus às 15h, como uma clara medida de impedir que trabalhadores e a juventude conseguissem chegar à atividade que só começaria às 17h. Um dia depois, o sindicato das empresas negou e na mesma hora o SINTRO (sindicato de trabalhadores rodoviários) que é dirigido pelo PCdoB, anunciou que estava orientando todos os motoristas a recolherem os ônibus para a garagem, para preservar a sua integridade física. Simplesmente um acordo com as empresas para que a medida fosse então assumida pelo sindicato. E, na cidade, a partir das 14h, a juventude e os trabalhadores caminhavam pelas ruas em direção à manifestação. O servilismo do sindicato e os acordos de bastidores com os empresá-

rios não começou aí. Essa direção foi a mesma que sozinha acabou com a greve dos motoristas, fechando um acordo e só depois chamou assembleia para informar que todos tinham de voltar ao trabalho sem nenhuma votação. Como se vê, a traição ao movimento é uma prática constante dos estalinistas do PCdoB.

O ato foi de um nacionalismo exacerbado. Cantava-se o hino nacional, bandeiras brancas eram erguidas junto com as bandeiras do Brasil e com os cartazes mais despolitizados possíveis. As palavras de ordem que eram puxadas pelo movimento logo eram abafadas pelo hino nacional, ou pelos gritos “sou brasileiro com muito orgulho” ou o “gigante acordou”.

Ganham corpo no movimento as posições fascistas

No momento da concentração do ato, houve uma brutal agressão aos militantes que levantaram bandeiras. Com pedras, paus e vidros quebrados, os militantes foram atingidos. O POR desde o início vem defendendo nas plenárias a convocação de todos os sindicatos, movimentos populares e de bairros para atuarmos no movimento. Para isso, já afirmávamos, era necessário um trabalho nos bairros, nas bases, para que houvesse uma participação massiva dos trabalhadores levantando suas bandeiras de luta.

O direito de expressão do movimento foi duramente reprimido, dessa vez não pela polícia, mas pelos grupos fascistas, anarco-punks, e que foi dada toda a cobertura pela mídia que já vinha trabalhando essa ideia contra os partidos e que era um movimento horizontal.

A escolha democrática dos rumos do movimento se dá cons-

truindo organismos de luta como assembleias nos locais de trabalho e estudo, nos bairros, e construindo comandos gerais de mobilização amplamente democráticos, sob o controle das bases. Ir para as portas de fabricas, chamar os operários para somar-se ao movimento. Que o MST compareça aos movimentos não com pequenas representações, mas com a base de camponeses que estão à beira das estradas esperando o direito à terra, que tem sido negada pelo governo Dilma, que façamos manifes-

Mossoró - RN

Movimento Pau de Arara: ordeiro, controlado e de autopromoção eleitoral

Em virtude da repercussão que os movimentos de contestação do aumento das tarifas de ônibus em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e várias cidades do País tiveram nos meios de comunicação, foi organizado em Mossoró/RN o movimento “Pau de Arara, o Gigante acordou”. No seu panfleto de convocação continha algumas reivindicações sobre transporte público, tema motivador do movimento, e a Câmara de Vereadores como destino final da passeata. Chamou-nos a atenção a indicação, no panfleto, de que na Câmara não se entrava de bermuda ou short.

O movimento ocorreu na terça-feira, dia 18 de junho, com concentração na praça do Pax para as 7h da manhã. Após a concentração, saiu em passeata, ordeira, disciplinada, em direção a Câmara de Vereadores. Durante o trajeto, o presidente da direção atual do DCE da UERN (militante do PT) afirmava constantemente que o movimento era pacífico, que os manifestantes obedecessem aos que estavam identificados com brachadeiras. Em ritmo de festa, passando pela Prefeitura, encenou-se uma pressão sobre a Prefeita Claudia Regina (DEM) que não se encontrava no prédio. A todo instante, o presidente da direção do DCE da UERN, enfatizava para não pularem o muro da Prefeitura que estava com os portões fechados, num claro gesto de respeito a instituição executiva municipal. A polícia esteve presente em todo o trajeto, ordenando o trânsito e condicionando o movimento pacífico do Pau de Arara.

Chegando à Câmara de Vereadores, os manifestantes foram recebidos com palmas pelos políticos burgueses do parlamento municipal em virtude de seu exemplo de manifestação pacífica, ordeira e bem disciplinada pelo centro da cidade mossoroense. Disciplinadamente, os manifestantes se acotovelaram na única ala da Câmara que foi destinada a ela, mesmo que houvesse vagas suficientes para acomodar melhor a todos se fossem divididas nas duas alas do Plenário da Câmara.

A iniciativa espontânea dos manifestantes presentes em vaiar os vereadores conhecidamente pelos seus atos de corrupção, vendilhões e o membro da família burguesa oligárquica dos Rosados que comandam a cidade há várias décadas (cerca de mais de 50 anos) mantendo a exploração do trabalho e a opressão das classes oprimidas, foi reprovada pelo coordenador do movimento e presidente da direção do DCE da UERN. Aos pedidos de respeito e educação, o ex-ocupante da DIRET, ex-anarquista, defensor do movimento horizontal, participativo e democrático de massas, fez coro com os políticos burgueses municipais vendilhões em disciplinar os manifestantes em respeito às autoridades da classe dominante.

tação contra as obras da copa, enfim que possamos construir um movimento pelas reivindicações de todos os oprimidos. Que todos os que se reivindicam do movimento tenham o direito de se expressar com suas bandeiras, faixas, camisetas, etc.

Defendemos a convocação de um encontro estadual com todos os sindicatos, centrais, movimentos estudantis, para construir e discutir a pauta de reivindicações a serem tomadas pelo movimento.



Chamou-nos a atenção a presença de pessoas integrantes do movimento reacionário, quase fascista, do “Chega Mossoró”. Organizado pelos empresários de Mossoró contra a violência na cidade, pedem maior repressão e são favoráveis a diminuição da maioria penal no Brasil. O movimento “Chega Mossoró” não entende a violência como resultado da exploração capitalista da maioria trabalhadora, relegando grande parte da população à miséria. Assim, assustados, defendem as suas riquezas acumuladas pela exploração dos trabalhadores, pedindo a proteção da sua propriedade privada, verdadeira causadora da violência, solicitando maior opressão e violência sobre as classes oprimidas.

A passeata terminou na praça em frente a Biblioteca Municipal, onde foi lida uma pauta de reivindicação que já estava pronta, portanto, pré-estabelecida, formalmente aprovada pelos presentes após sua leitura para ser entregue a Câmara de Vereadores. Não houve debate.

O movimento que respeita a ordem estabelecida é burguês

A primeira coisa a ser questionada é por quê o movimento “Pau de Arara, o Gigante acordou” dirigiu-se para a Câmara de Vereadores? O Legislativo municipal não tem poder sobre o transporte coletivo e os problemas da Cidade são de competência da Prefeitura, poder executivo municipal. A resposta a essa questão é fundamental e esclarece todo o resto sobre a postura do movimento.

O vereador Luis Carlos, do Partido dos Trabalhadores (PT), professor aposentado da UERN, solicitou uma audiência pública na Câmara sobre os transportes de pessoas em Mossoró. Os membros da direção do DCE da UERN, pertencentes a Juventude do PT (JPT), rapidamente mobilizaram estudantes e trabalhadores para garantir público para o palco parlamentar. O objetivo dos militantes do PT é fortalecer o mandato do seu vereador, potencializando-o eleitoralmente.

Os militantes do PT não tinham interesse de pressionar a Prefeitura, instituição responsável pela mobilidade urbana, pois Claudia Regina (DEM) é marionete de Rosalba Rosado, governadora do Estado, que está fazendo movimentações de rompimento com o DEM e direcionando-se para a base aliada do governo federal (PT/PCdoB/PMDB) através da filiação ao PTB. Provavelmente, Claudia Regina, que deve seu mandato a Rosalba Rosado, vai seguir o mesmo alinhamento político de sua “liderança”.

Esses são os motivos da encenação teatral dos petistas diante da Prefeitura, não queriam luta nenhuma lá, e sua armação de circo na Câmara de Vereadores, uma verdadeira palhaçada.

O movimento que visa a disputa eleitoral integra o sistema burguês. Este é o motivo porque é ordeiro e pacífico. O movimento é ordeiro porque faz parte do jogo eleitoral da burguesia, respeita a ordem estabelecida, que é a ordem burguesa. Dessa maneira, conta com o apoio policial. A polícia é o braço armado da burguesia. Serve para reprimir as lutas dos trabalhadores e assassinar os jovens marginalizados pelo sistema. A manifestação disciplinada pela ordem burguesa só pode ser aplaudida pelos políticos vendilhões municipais da classe dominante (capitalistas).

As reivindicações contidas no panfleto de convocação são por isso rebaixadas e adaptadas as possibilidades do sistema capitalista. Não ferem os lucros dos empresários de transportes coletivos, aceitam a usurpação do direito do trabalhador e do estudante de locomoção na cidade e fazem reivindicações que, se atendidas, não resolveriam o problema do transporte coletivo em Mossoró.

O movimento não luta pelo passe livre a estudantes e desempregados pois exige a “diminuição do valor da passagem”. A exigência da diminuição do valor da passagem aceita a exploração capitalista, a extração de lucro nos transportes públicos às custas dos trabalhadores.

A reivindicação consequente seria a defesa do passe livre para estudantes e desempregados e estatização sem indenização dos transportes públicos sob controle dos trabalhadores. O passe livre para estudantes é fundamental para a garantia do seu direito a educação. Sem transporte público, o estudante tem enormes dificuldades para locomover-se as instituições de ensino. O passe livre é garantia do respeito ao seu direito a educação.

Ao desempregado, o passe livre permite a sua mobilidade a procura de emprego, diminuindo um dos maiores obstáculos na sua luta por um novo trabalho. Sem emprego, o custo da



passagem às vezes é um obstáculo intransponível para quem já está sem renda. Se é um peso grande para os trabalhadores que recebem um salário mínimo de fome, mais ainda para aqueles que estão sem renda.

A estatização dos transportes coletivos responde a necessidade de acabar com seu caráter de mercadoria e decididamente reconhecê-lo como direito dos trabalhadores e juventude. O controle coletivo os coloca nas mãos dos que trabalham e usam.

As demais reivindicações não tocam no principal. Reivindica-se adição de novas linhas, paradas confortáveis, respeito às rotas e horários, manutenção dos ônibus, integração e circular para as universidades e IFRN. Porém, se a situação do transporte público em Mossoró continuar do mesmo jeito, atendendo as reivindicações dos manifestantes, ela não vai mudar substancialmente. Se os poucos ônibus existentes fossem novos, respeitassem as rotas e horários, parando em pontos confortáveis, com mais linhas, integração e circular estudantil em horários não contínuos, a situação não iria melhorar.

O motivo é porque Mossoró, apesar de ser a segunda maior cidade do Estado, não possui um sistema de transporte coletivo. Os ônibus são irregulares, não possuem horários contínuos. Eles só funcionam em determinados horários de pico de movimento, deixando a população trabalhadora pobre a mercê das bicicletas, moto táxis, carona ou caminhada nos demais horários. A reivindicação correta seria a criação de um sistema de transporte coletivo que abarcaria as reivindicações do movimento Pau de Arara, mas a diferença fundamental é o estabelecimento de uma rede de transporte coletivo contínua na cidade. Esse é o problema principal.

O movimento Pau de Arara em muito se diferencia dos setores mais combativos das manifestações de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte. É um Gigante que ainda está sonolento, dirige-se para a Câmara de Vereadores de maneira disciplinada, ordeira e pacífica porque pensa pequeno. Esse Pau de Arara facilmente pode se transformar no pau de arara dos torturadores militares, por isso a participação de integrantes do “Chega Mossoró” em nada se parece com o pau de arara dos bóias frias: trabalhadores pobres, marginalizados pela burguesia, explorados pelo sistema capitalista, pais e mães de famílias lutadores combativos que se tornarão realmente gigantes quando estiverem sob a política revolucionária.

O Pau de Arara de Mossoró, liderado pelos jovens do PT, é um movimento burguês, respeitador da ordem capitalista, aliada da polícia, conciliadora com políticos vendilhões e fortalecedora das ilusões eleitorais nos trabalhadores, portanto, cúmplice na manutenção da sociedade capitalista.

Revogar o aumento das passagens em 2013!!! Passe Livre para a Juventude!!

O movimento contra a elevação das tarifas de transporte tem tomado as ruas em todo o país. Em Porto Alegre, Goiânia e outras cidades, a população saiu vitoriosa, revogando o aumento. Em São Paulo, a luta iniciada pelos estudantes já virou um movimento de massa, colocando Alckmin (PSDB) e Haddad (PT) contra a parede.

Nas capitais e em todo Brasil

O movimento contra o aumento das passagens alastrou-se por todo país. Não são apenas as capitais em que a população, sobretudo a juventude, tem ido às ruas protestar. Várias cidades pequenas e médias no interior dos Estados tem exigido a revogação dos aumentos no transporte e passe livre para juventude e desempregados. Essa é uma tendência que reflete o aumento do custo de vida, os baixos salários, a condição de pobreza e a alta da inflação, sentida por todos.

Em várias cidades de São Paulo ocorreram manifestações. São Carlos, Sorocaba, Campinas, São José dos Campos, Santos, São Bernardo do Campo, e muitas outras. Os preços do transporte no Estado são os mais caros do país. A juventude não pode se locomover para o estudo e o lazer. Os desempregados não tem como procurar emprego. Os assalariados tem parte do seu salário comprometido com o preço abusivo do serviço.

No Litoral Norte de SP

Nem é preciso falar o quão abusivos são os preços dos transportes em nossas cidades do Litoral e o quanto é alto o custo em vida por aqui.

A prefeitura de Caraguatatuba autorizou o aumento da passagem para R\$ 3,00 no começo de janeiro, igualando ao preço anterior da capital, um roubo para o bolso de toda população. São Sebastião tem preços diferenciados, conforme a localização. Assim os moradores da Costa Sul chegam a gastar quase R\$ 10,00 para atravessarem toda a cidade até a Costa Norte. Ubatuba e Ilhabela também têm preços altíssimos. Além disso, os moradores que trabalham entre as cidades são obrigados a utilizar a empresa Litorânea, pagando mais caro ainda. Os estudantes são os que mais sofrem. Alguns não contam nem com o auxílio da meia passagem, como os alunos do Instituto Federal de São Paulo, localizado em Caraguatatuba.

O movimento que tomou várias partes do país chega aqui já com força e precisa manter a mesma disposição de luta para alcançar todas as suas reivindicações.

São Sebastião, Ubatuba e Caraguatatuba tiveram manifestações agora, dia 18 de junho. O maior destaque foi para a manifestação de São Sebastião, que parou o centro da cidade com mais de 2 mil pessoas.

Os prefeitos rapidamente se movimentaram. Nessa semana, a prefeitura de Ilhabela reduziu a passagem de R\$ 2,90 para R\$ 2,80; São Sebastião, na noite de segunda, decretou de R\$ 0,05 a R\$ 0,10 a redução, mas a passagem ainda é caríssima – o trecho de Boraceia

ao Centro passou do absurdo de R\$ 6,65 a R\$ 6,55. Continua um roubo!!!

**EXIGIR A REVOGAÇÃO DE TODOS OS AUMENTOS!!
EXIGIR PASSE LIVRE PARA A JUVENTUDE E PARA OS DESEMPREGADOS!!!**

Lutar contra a raiz do problema

É preciso compreender que a redução das tarifas não resolve o problema da população trabalhadora. Temos lutado apenas para não sermos mais roubados, para garantirmos a situação atual, que já é ruim – para que ela não piore. No entanto, enquanto serviços como o transporte estiverem nas mãos de empresas privadas, o lucro continuará sendo a maior razão para os aumentos e para exploração, inclusive, dos trabalhadores das empresas, que muitas vezes assumem a função de cobrador e motorista (como na empresa Praia-mar). É preciso levantarmos a bandeira de **ESTATIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE SEM INDENIZAÇÃO, SOB O CONTROLE DOS TRABALHADORES E DA POPULAÇÃO!**

Apenas arrancando das mãos dos capitalistas e dos governos de plantão o serviço de transporte, poderemos ter melhoria no setor e o fim dessa exploração.

Além disso, os trabalhadores devem poder arcar com os despesas de transporte sem, com isso, quebrar com o seu salário, como ocorre atualmente. Por isso, todos os movimentos, inclusive, o que luta pelo passe livre e pela redução das tarifas deve ter como bandeiras centrais a defesa de um **SALÁRIO MÍNIMO VITAL** (calculado e aprovado em assembleia dos trabalhadores) e da **ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE** (sempre que aumentar a inflação, reajustam-se os salários).

Com essas reivindicações, o movimento romperá o isolamento, colocando a luta contra o aumento das tarifas num patamar mais elevado, deluta geral dos oprimidos contra a exploração capitalista.

Lutar por uma sociedade sem exploração!

Ganhar a consciência de que nossos problemas do dia a dia, como a falta de saúde, a precariedade da educação e o preço abusivo dos transportes, são parte de problemas mais gerais é fundamental para avançarmos em nossas conquistas. Compreender que - enquanto existir a sociedade capitalista - prevalecerá a necessidade do lucro contra a necessidade da população.

É preciso fortalecer as organizações de luta, independentes dos patrões e dos governos! Venha lutar e se organizar por meio da **CORRENTE PROLETÁRIA/POR!!** Transformemos nosso instinto de luta em ação sistemática contra o capitalismo e sua exploração!!

Entre em contato:

Litoral Norte: correnteproletarialitoral@gmail.com

Outras locais: proletariaestudantil@yahoo.com.br -

<http://proletariaestudantil.blogspot.com.br/>

Rondônia

Um breve balanço dos 40 dias de greve dos trabalhadores da educação

A greve iniciou no dia 6 de maio exigindo o cumprimento da pauta de reivindicação de 2013, que é a reposição salarial de 24,6%. A pauta foi entregue em janeiro ao prefeito, que só recebeu o sindicato no mês de abril, próximo da paralisação nacional, chamada pela CNTE. O prefeito alega o não cumprimento em função da Lei de Responsabilidade Fiscal. E, assim, anuncia que não fará nenhuma de reposição salarial.

Diante dessa resposta, a categoria deliberou pela greve. Mas, a burocracia propôs um auditor para rever as contas da prefeitura, objetivando arrancar algum percentual. O tal auditor reafirmou que o prefeito só poderia conceder 6%.

Prefeito inflexível e burocracia sindical flexível

Na negociação, o prefeito concordou com os 6%, desde que fossem em forma de gratificação. Voltou a justificar que a prefeitura está no limite. A lamentação do prefeito era uma farsa. Isso porque havia concedido 100% de reajuste no seu salário e de seus assessores. A burocracia do sindicato tentou manobrar para que a categoria aceitasse essa proposta, mas foi rejeitada pela assembleia e a greve continuou.

Após a rejeição dessa proposta, o vereador do PT, Wildes, apresentou outra mais rebaixada. Segundo o vereador, essa foi uma forma de buscar uma solução para o impasse. Os grevistas aceitaram flexibilizar, rebaixando as reivindicações. Aprovou-se, assim, em assembleia a seguinte proposta: Auxílio Educação no valor de R\$ 200,00 para os professores e de R\$ 170,00 para os Técnicos Administrativos, isso como incentivo à formação continuada.

Prefeito e governador estão irredutíveis Assembleia aprovou a continuidade da greve

O prefeito Mauro Nazif informou que não aceitaria nenhuma proposta e reafirmou que seria um auxílio de 6% sobre o vencimento básico, o que representaria um acréscimo que varia de R\$ 60,00 para os menores salários, e R\$ 126,00, para os maiores salários.

Em meio à greve, a categoria teve a redução do quinquênio, que corresponde a 10% do vencimento a cada 5 anos. Uma liminar do MP do estado considerou ilegal a lei que dizia incidir sobre o salário bruto e que deveria ser pago em cima só do vencimento.

A burocracia não só manobra para evitar que os trabalhadores da educação do município do estado entrassem em greve, mas manobra também para quebrá-la e impedir a unidade grevista.

Em relação à greve trabalhadores da educação do estado, o governador se negou a atender a pauta de reivindicação de 2013. Prometeu implantar o Plano de Carreira, o pagamento da licença prêmio em pecúnia, a regulamentação da lei dos precatórios. Mas nada saiu do discurso. Diz que está aberto à negociação, mas recorreu à Justiça para punir os grevistas.

A burocracia, novamente, manobrou, rebaixando a pauta de reivindicações para não esbarrar na Lei de Responsabilidade Fiscal. Procura ajustar a greve às determinações do STJ, que impôs o retorno ao trabalho dos professores que têm salas de 3º anos de ensino Médio e EJA.

A posição da Corrente Proletária na greve

A Corrente Proletária vem defendendo a unidade grevista, municipais e estaduais. E a unidade com outros servidores públicos que também estão em greve. Atua pelo fortalecimento dos comandos de greve, no sentido de ampliar a paralisação das escolas. Propôs a radicalização do movimento por meio da luta coletiva nas ruas e a ocupação. Em seu boletim, diz:

O fortalecimento da greve também depende de nossa organização. Um dos pontos essenciais é a unidade dos trabalhadores da educação, da rede estadual e municipal. Uma só assembleia. A decisão coletiva da assembleia deve ser assumida por todos. Há outro ponto muito importante, que é a participação das bases nas negociações com os governos. É fundamental que a assembleia de greve eleja os representantes de base para compor, juntamente com a direção do sindicato, a comissão de negociação. E que em nenhuma proposta seja acordada sem que seja resultado de ampla discussão nas assembleias. A democracia sindical fortalece a greve. Por isso, defendemos:

- 1) Assembleias unitárias;
- 2) Eleição de representantes de base para compor a comissão de negociação.

Em relação ao ataque do STJ de criminalizar a greve e punir os grevistas, a Corrente Proletária divulgou um boletim dizendo:

Derrotar a intransigência do governo

Responder a lei antigreve, ampliando nosso movimento

O governador e o prefeito fazem de tudo para impor a derrota à greve. Querem nos vencer pelo cansaço de uma greve longa. Querem nos derrotar usando a Justiça para criminalizar o movimento. Querem nos dividir impondo medidas de retorno ao trabalho para os professores de 3º ano de ensino médio e EJA. Mas, nada disso é novidade. Os governantes agem como qualquer capitalista contra a luta dos trabalhadores. Por isso,

1. recusam receber os grevistas para discutir as reivindicações. Se o movimento amplia, aceitam receber as direções sindicais, mas não acatam nenhuma das reivindicações;
2. usam a imprensa burguesa para combater a greve, na tentativa de ganhar apoio da população e dos alunos. Gastam rios de dinheiro com essa campanha contra o movimento;
3. recorrem à Justiça para julgar a greve. Procuram, pela via judicial, o mecanismo para punir os grevistas e os sindicatos;
4. procuram as burocracias dos sindicatos para fazer um acordo, assim, põem fim à greve;
5. determinam medidas de cortes dos salários para obrigar uma parcela de trabalhadores a retornar ao trabalho;
6. estão prontos para reprimir por meio da polícia as manifestações e ações coletivas dos grevistas.

Como se vê, os governos têm uma mesma política e agem centralizadamente para derrotar as greves. O STJ, amando dos governantes, julgou a greve. Determinou o retorno ao trabalho de uma parcela e impôs multas diárias aos sindicatos e a eles mesmos aos lutadores. O prefeito e o governador esperam que a burocracia cumpra a exigência e determine o volta ao trabalho dos professores de EJA e 3º ano de ensino médio. A burocracia correu atrás da SEDUC para pedir a lista de professores. Aí está o perigo do movimento. O retorno de uma parcela, mesmo que pequena, enfraquece a luta coletiva. Significa que o movimento se dobrou perante a exigência dos governantes.

Para reverter essa situação, só há uma via: ampliar a greve. Nenhuma escola funcionando. Manifestações diárias de rua. Ações coletivas para quebrar a intransigência dos governos e impor nossas reivindicações.

Nesta edição:

- Organização do Partido Operário Revolucionário no Chile
- Resoluções do 1º Congresso do POR-Chile

Artigos do Cerqui **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**



Organização do Partido Operário Revolucionário no Chile

Nos dias 23 e 24 de maio, realizou-se o 1º Congresso de fundação do Partido Operário Revolucionário do Chile. A organização existia e chegou a estar vinculada ao Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Mas se desintegrou por não se organizar como partido leninista. Embora atuasse por vários anos, não chegou a se organizar sobre a base de células e a constituir uma direção eleita no Congresso.

A ausência do método da elaboração coletiva, por meio do qual se constrói o programa e a linha política, bem como se exercita a crítica e autocritica, provocou distorções na organização embrionária chilena. Está aí por que se reconstitui a organização no 1º Congresso. Certamente, ainda há que se realizar um severo balanço do que se passou, o que inclui a discussão no Comitê de Enlace.

Não se pode dizer que o partido está plenamente constituído, mesmo embrionariamente. O 1º Congresso deu um passo na elaboração de teses programáticas e definições sobre aspectos da conjuntura política. Tem pela frente a tarefa de elaborar um estatuto e eleger uma direção. O que deve ser feito com urgência, segundo nossa compreensão.

Por experiência própria, sabemos que o programa inicial de um agrupamento revolucionário padece de deficiências, que serão resolvidas com o trabalho político-organizativo no seio da luta de classes. Não se cria artificialmente o programa, esse amadurece com o desenvolvimento do partido. A elaboração coletiva, portanto, comparece como condição decisiva para o embrião do partido se desenvolver.

O documento apresentado mostrou-se muito inacabado e com falhas de conexão interna, mas continha pontos essenciais para resoluções. Sobre a base de informes e discussão de pontos fundamentais, o Congresso decidiu por aprovar resoluções tópicas. O leitor poderá examiná-las logo abaixo editadas.

A estrutura de classe no Chile mereceu uma discussão, particularmente sobre a situação do campesinato. O Congresso avaliou que é preciso um estudo mais detido sobre a situação camponesa. A caracterização de país semicolonial, assentado na economia combinada de formas pré-capitalistas e capitalistas, foi devidamente discutida,

mas exige uma compreensão mais acabada do desenvolvimento econômico e social. O fundamental é que se definiu com absoluta clareza que as transformações do Chile virão pela revolução proletária, que cumprirá as tarefas democráticas.

A experiência do governo de Unidade Popular (UP) concebida estrategicamente pelo estalinismo (PCCh) e realizada em aliança com o Partido Socialista (PS socialdemocrata) comprovou a impossibilidade da “via pacífica da revolução” e o caráter de conciliação de classes da tática de frente popular. O Congresso concluiu pela necessidade de realizar um balanço estratégico da experiência da UP, cuja importância transcende as particularidades do Chile. Assim como na Revolução Espanhola, o estalinismo foi fatal para o proletariado vencer a burguesia chilena e o imperialismo.

O Congresso discutiu a tática da frente única antiimperialista como apropriada para unir a maioria oprimida em torno do proletariado. Como se pode ler nas resoluções, ainda está por se formular com maior precisão a forma governamental da ditadura do proletariado, que é o governo operário e camponês, completamente distinto e oposto ao governo pequeno-burguês constituído pelo PCCh e PS, definido pelo estalinismo como democrático, antioligárquico e antiimperialista. É necessário rejeitar toda fórmula de governo que não define seu conteúdo de classe. Um governo pequeno-burguês pode acabar servindo à burguesia ou ao proletariado – como demonstram exemplos históricos. A UP terminou por servir à reação burguesa, por não ter servido ao proletariado em sua luta pela transformação do Estado e das relações de produção.

São pontos capitais do programa que devem ser tomados pelos camaradas chilenos e pelo Comitê de Enlace, que tem o dever de auxiliar no trabalho de formação programática da seção no Chile. Avaliamos como importante a presença do Comitê de Enlace no 1º Congresso e sua participação no processo crítico de elaboração das teses programáticas e políticas. Está colocada uma estreita colaboração com o jornal da seção Chilena.

Resoluções do 1º Congresso do POR-Chile

Maio de 2013

Com a presença de delegados do POR-Brasil e do POR-Argentina

I. Caracterização do Chile

1. Chile é um país capitalista atrasado de economia combinada em que domina o modo de produção capitalista e sobrevivem modos de produção pré-capitalistas. Encontra-se integrado ao capitalismo mundial, o qual chegou ao Chile como uma força externa e invasora.

Foi esta força invasora que moldou o curso do incipiente desenvolvimento das forças produtivas do País.

2. Concluída a independência perante a Espanha, a nascente classe dominante chilena foi incapaz de protagonizar um papel revolucionário. Não pôde impor o desenvolvimento integral da sociedade

sobre bases capitalistas e não lhe restou outro caminho a não ser seguir os designados pelo imperialismo inglês e, mais tarde, norte-americano. Esse processo selou o destino do capitalismo chileno, do qual não se pode esperar um desenvolvimento integral e independente.

3. Chile faz parte da economia mundial e sofre as consequências da crise estrutural do capitalismo em sua etapa de decadência. A maturidade de suas forças produtivas, necessária para a revolução proletária, é imposta desde fora por cima de suas fronteiras nacionais. A maturidade mundial das forças produtivas é que permite à minoritária classe operária dirigir a nação oprimida e cumprir o objetivo histórico de realizar a revolução e a ditadura proletárias.

4. Caracterizamos o Chile como uma semicolônia pelas razões expostas. E pelo fato de que sua libertação da condição de colônia espanhola não levou, ao mesmo tempo, a uma revolução democrático-burguesa, que pudesse materializar a criação de um Estado Nacional soberano. Ao contrário, o desenvolvimento do capitalismo no Chile engendrou uma burguesia comercial e intermediária, voltada à satisfação das necessidades das economias avançadas, e que vive da entrega dos recursos naturais do país a preço vil ao imperialismo. Nem a formação de um poderoso mercado interno, nem o pleno desenvolvimento capitalista, nem a ruptura com o imperialismo tiveram lugar no Chile.

5. A ditadura do proletariado resolverá em um só e permanente processo revolucionário as tarefas pendentes da revolução burguesa por meio da aplicação de métodos socialistas de governo (socialização dos meios de produção, economia planificada, monopólio do comércio exterior, etc.) para avançar no sentido do cumprimento pleno do programa socialista e do estabelecimento da sociedade comunista. Esta revolução, que se inicia na arena nacional, encontra seu desenvolvimento na luta de classes internacional e só pode chegar a plena realização com o triunfo da revolução socialista mundial. Por isso, a revolução chilena será, como tal, o prelúdio da revolução mundial. A utopia reacionária do “socialismo em só país”, desenvolvida pelo estalinismo, demonstrou sua inviabilidade histórica e evidenciou que, por esse caminho, a revolução proletária está condenada a retroceder restaurando o capitalismo em benefício da burguesia e do imperialismo.

II. Frente Única Antiimperialista

Nos países atrasados, cabe à classe operária aplicar a tática da frente única anti-imperialista. Para concretizar a revolução social, a classe operária necessita imperiosamente da aliança com as classes oprimidas, sob sua direção. Essa tática é essencial para combater a política de unidade nacional, que promove a burguesia para arrastar atrás de si as classes oprimidas. É necessário que a classe operária dispute as massas com a burguesia, que se pretende nacionalista e que promete realizar as tarefas democráticas e nacionais. Para que a classe operária possa jogar esse papel, necessita independizar-se politicamente, construindo seu partido revolucionário.

Essa tática também é essencial para enfrentar a tática estalinista de frente popular, da aliança da classe operária, seus partidos, com partidos da burguesia, sustentando a legalidade burguesa e o regime de propriedade privada.

A tarefa nacional de independizar a nação do imperialismo interessa aos oprimidos, mas somente a classe operária, que não tem vínculos com a propriedade privada dos meios de produção, pode liderar consequentemente a luta anti-imperialista. A independência começa com a expropriação sem indenização de todas as multinacio-

nais e da grande burguesia, iniciando por recuperar todos os recursos naturais (cobre, água, lítio, bosques) e as AFP.

III. Os Estados Unidos Socialistas da América Latina

Chile se converteu em uma ponta de lança das políticas do imperialismo a serem aplicadas em toda a América Latina. A ruptura com o imperialismo, a expulsão das multinacionais, a recuperação de todos os recursos devem apontar para a unidade com os países da América Latina sob a estratégia proletária dos Estados Unidos Socialistas da América Latina, como a unidade das revoluções operárias e camponesas triunfantes no continente. Esta será a realização da unidade latino-americana. Não é a unidade no UNASUL ou no MERCOSUL, instrumentada pelas multinacionais, mas sim a unidade das massas oprimidas operárias e camponesas.

Os conflitos de territórios e as tarefas democráticas pendentes serão resolvidos de forma natural no marco dos Estados Unidos Socialista da América Latina.

IV. Balanço da Unidade Popular

É de grande importância realizar um balanço completo da Unidade Popular (UP) já que se trata de uma das experiências mais completas do estalinismo na América Latina e porque esta política continua sendo ainda hoje defendida por eles. Toda esquerda esconde o balanço da traição histórica da UP.

O governo da UP nasceu da política de colaboração de classes do estalinismo, que se materializou na aliança com o Partido Socialista e os radicais, mas que já havia iniciado a experiência em 1938.

Esconde-se o papel do governo no desabastecimento, no controle das armas, na confiança nos comandos militares, quando era visível que o golpe estava sendo preparado.

A experiência da UP responde à caracterização do Chile e da política do Partido Comunista, estruturada por décadas. O Partido Comunista caracterizou que a revolução devia ser anti-imperialista e antioligárquica, falsificando a caracterização do Chile como semi-feudal e inventando uma burguesia progressista, concluindo que não era possível uma revolução proletária. O Partido Comunista afirma que devia estruturar um governo em etapas, popular, supondo uma falsa possibilidade de hegemonia proletária. No Chile, aplicou-se integralmente o programa do estalinismo de transformação pacífica, a chamada “via pacífica para o socialismo”.

O programa do Partido Comunista foi testado tragicamente em sua aplicação total na experiência da UP, como uma concepção contrarrevolucionária, contrária à política do proletariado. Ao mesmo tempo, foram confirmadas as teses da Revolução Permanente.

Essa tarefa excede à seção chilena, deve ser tomada pelo Comitê de Enlace de Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) pela importância internacional dessa questão.

V. Dos Povos Originários

O POR reconhece a existência da Nação Mapuche como Nação oprimida pelo Estado chileno, reconhece e apoia com os métodos revolucionários sua luta democrática contra a burguesia e o imperialismo pelo seu direito à autodeterminação. O Estado chileno deve reconhecer este direito, o que implica uma luta contra o domínio imperialista.

A luta pela autodeterminação converge com a luta do proletariado contra a opressão nacional e social.

A Nação Mapuche está em constante conflito com a burguesia.

Mas sua reivindicação nacional só poderá ser resolvida definitivamente pela revolução proletária que instaure um governo operário-camponês.

A Nação Mapuche tem o direito de recuperar todas as terras e recursos que reivindica e dispor delas.

O Estado operário, resultante da revolução social, reconhecerá o direito à autodeterminação do povo Mapuche, tratará de convencê-los das vantagens de incorporar-se à propriedade coletiva, mecanizada, tecnicada, mas será sua livre decisão e sem condicionantes para unir-se à construção conjunta.

VI. Do Campo

O Congresso reconhece que deve continuar estudando a questão agrária para confirmar a sobrevivência do campesinato onde e em que condições, que deve continuar estudando o processo de proletarianização no campo e estabelecer a mecânica das classes.

O programa da classe operária é o da revolução agrária. Nos posicionamos pela expropriação sem indenização dos latifúndios e a nacionalização da terra. A classe operária organizará a produção coletiva.

VII. Do Trabalho Sindical

Nossa intervenção deve assinalar a importância de lutar pelo salário mínimo vital. Isto é, o mínimo que cubra o custo da manutenção de uma família, para toda classe operária. Nenhum trabalhador deve trabalhar mais do que 8 horas. Nossa resposta ao desemprego, ao subemprego, é a divisão de todas as horas de trabalho entre todos os trabalhadores sem afetar o salário. Uma questão central é denunciar permanentemente as condições de superexploração e precarização do trabalho em todos os setores.

O trabalho nefasto do estalinismo, da democracia cristã e dos socialdemocratas destruíram os sindicatos por ramo de produção. O sindicalismo ficou reduzido a uma parte minoritária dos trabalhadores, o chamado “sindicato por empresa”.

Está colocado a recuperação da CUT e os sindicatos pelos trabalhadores, construindo sindicatos por ramos de produção, como ferramenta de luta, expulsando os burocratas. Rechaçamos toda forma de abandonar os sindicatos ou construir sindicatos “paralelos” em nome da corrupção e do descontentamento com as direções vendidas.

O POR trabalha por construir uma fração revolucionária no seio do movimento sindical.

VIII. Da luta estudantil

O movimento estudantil nas ruas se choca com a política de privatização do imperialismo. O movimento evoluiu em seus protestos e revoltas nos últimos 10 anos, desde as ocupações do 2003, potencializando os protestos dos pinguins em 2006, apesar da dura repressão tanto do governo da Concertação quanto o de Piñera.

A limitação do movimento em enfrentar a questão educacional se deve ao papel que joga o estalinismo e outras correntes e a ausência da direção proletária que formule adequadamente a tarefa democrática que está colocada.

A destruição da escola pública se acelera desde o golpe pinochetista. O que mostra que a burguesia tem sido incapaz de resolver esta tarefa democrática. Uma primeira questão que deve ser assinalada é que a existência da educação privada socava e nega a educação pública. O POR rechaça toda forma de privatização da educação. Não é suficiente rechaçar os subsídios do Estado à escola privada, porque supõe que continue existindo, nem tampouco que se incrementem os

subsídios para obter a gratuidade. O sistema privado deve ser estatizado sem indenização, seus estabelecimentos e professores serão integrados no sistema único, nacional, público, laico e gratuito.

O sistema educacional deverá estar sob o controle de quem trabalha e estuda, é uma expressão do controle operário coletivo da produção.

A degradação da educação é uma expressão da decadência capitalista, não pode ser reformada. O POR entende a educação como conhecimento e isto só será produzido se se vincular a educação à produção social. Uma nova educação somente será possível em uma sociedade socialista.

IX. A Intervenção nas Eleições e a Tática Eleitoral

O caráter ainda embrionário do partido revolucionário condiciona que não pode impor à burguesia sua legalidade e apresentar-se com seus candidatos. Diante das próximas eleições presidenciais e legislativas, o POR defenderá o voto nulo programático, defendendo as bandeiras da classe operária.

Nas últimas duas eleições, verificou-se uma elevada abstenção. Trata-se de um progresso no sentido da desconfiança nos partidos burgueses, mas esta atitude passiva não significa uma superação das ilusões democráticas.

A intervenção nas eleições e no legislativo deve subordinar-se à ação direta das massas. A tática eleitoral do partido se ajusta a sua estratégia de revolução e ditadura do proletariado.

O POR utilizará a campanha para levantar um conjunto de questões políticas. Em primeiro lugar, para assinalar a responsabilidade da Concertação e da direita em sustentar o regime pinochetista. Mantiveram o fundamental do regime montado por Pinochet. Portanto, no Chile há uma democracia mutilada.

O POR demonstrará a política contrarrevolucionária do Partido Comunista, responsável por defender o governo de colaboração de classes da UP e agora de ingressar na Concertação para continuar sustentando o regime pinochetista.

O acordo de alternância entre a Concertação e a direita preserva as imposições do pinochetismo contra as massas.

Não pode haver democracia burguesa enquanto o país estiver dominado e controlado por um punhado de famílias e multinacionais. A conquista da verdadeira democracia está determinada pela ruptura com o imperialismo e a conquista da soberania.

O sistema eleitoral é proscritivo contra as organizações de esquerda. O POR exige a revogação de todas as leis e a Constituição, que bloqueia toda intervenção livre das organizações que desejam apresentar-se.

A Constituição pinochetista deve ser derrubada, esta é uma reivindicação democrática impostergável.

O POR defende que a vanguarda operária, estudantil, popular adote uma atitude ativa diante das eleições, um campo da burguesia, onde deve-se dar uma batalha ideológica para questionar sua dominação. Nestas condições, a defesa do voto nulo programático é a resposta da classe operária com sua política aos partidos burgueses e ao estalinismo.

X. A Reconstrução da IV Internacional

O Partido entende que sua construção está vinculada estreitamente à tarefa de reconstrução da IV Internacional como partido mundial da revolução socialista, tomada em suas mãos pelo Comitê de Enlace (CERQUI).